

Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazonia, Brasil

Samantha Stone-Jovicich

Peter Cronkleton

Paulo Amaral

Marianne Schmink



Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre - Brasil

Samantha Stone-Jovicich
Peter Cronkleton
Paulo Amaral
Marianne Schmink

Os dados e as opiniões expressas neste documento são de responsabilidades dos autores e não refletem necessariamente a opinião das organizações e financiadores.

Autores:

Samantha Stone
Peter Cronkleton
Paulo Amaral
Marianne Schmink

Revisão e edição de texto:

Gláucia Barreto
Tatiana Veríssimo

Colaboradores:

Centro de Trabalhadores da Amazônia _ CTA
Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal – Seater

Agradecimentos:

Carmem Garcia
Christiane Ehringhaus

Fotos:

Seater, CTA, Imazon

ISBN: 978-979-1412-03-2

© 2007 CIFOR & AMAZON

Todos os direitos reservados. Publicado em 2007

Publicado por Centro para a Pesquisa Florestal Internacional (CIFOR)

Jl. CIFOR, Situ Gede, Bogor Barat 16115, Indonésia

Tel.: +62 (251) 622622; Fax: +62 (251) 622100:

E-mail: cifor@cgiar.org; <http://www.cifor.cgiar.org>

Índice

Lista de Siglas	iv
Apresentação	vi
O Estado do Acre: Uma História de Lutas para a Floresta	1
Um Novo Povo na Amazônia Ocidental: Os Seringueiros	1
A Expansão da Pecuária e da Agricultura no Acre: Conflitos pela Posse da Terra	2
Os Primeiros Movimentos Sociais de Resistência dos Seringueiros	2
Projeto Seringueiro	3
O Conselho Nacional dos Seringueiros	3
Um Novo Modelo Fundiário Baseado no Extrativismo	4
Consolidação	5
Cachoeira: De Seringal a Pae	7
Introdução	7
Cachoeira: O Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes	7
Contexto Histórico	9
Participação do Governo Estadual e Municipal	11
Manejo Florestal para Madeira: Um “Empate” Contra o Desmatamento	11
O Projeto de Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira	13
Introdução	13
Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira: Uma Oportunidade para o “Governo da Floresta”	13
Os Primeiros Anos do Projeto de Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira:	
Elaboração e Implantação	14
Ao Longo dos Anos: Mudanças e Adaptações	22
Resumo: Resultados e Desafios	25
Ações Coletivas e Alianças Estratégicas	25
Uma Parceria entre Comunidade e Governo	25
Benefícios do Manejo Florestal Comunitário para Cachoeira	26
Desafios e Limitações para a Expansão do Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira	27
A Expansão do Manejo Florestal Comunitário no Acre	29
Delineando as relações de assistência técnica entre as organizações de base e as instituições de apoio	31
Referências Bibliográficas	33

Lista de Siglas

Ampgae-CM	Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes
Basa	Banco da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caex	Cooperativa Agroextrativista de Xapuri
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Cedop/CTA	Centro de Documentação e Pesquisa da Amazônia/Centro de Trabalhadores da Amazônia
Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
Contag	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTA	Centro de Trabalhadores da Amazônia
EDF	Fundo de Defesa do Meio Ambiente
EIR	Exploração Madeireira de Impacto Reduzido
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FSC	Conselho de Manejo Florestal
Funtac	Fundação de Tecnologias do Acre
GPFC	Grupo de Produtores Florestais do Acre
Ibama	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Imac	Instituto do Meio Ambiente do Acre
Imaflora	Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MFC	Manejo Florestal Comunitário
Novib	Netherlands Organization for International Development Coope
NWF	National Wildlife Federation
ONG	Organização Não-Governamental
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PFNM	Produto Florestal Não-Madeireiro
Pmaci	Programa de Proteção do Meio Ambiente das Comunidades Indígenas
PMF	Plano de Manejo Florestal
PMFSimples	Plano de Manejo Florestal Simples
ProManejo	Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia
PT	Partido dos Trabalhadores

Resex	Reserva Extrativista
Seater	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal
SEF	Secretaria Estadual de Extrativismo e Floresta
Sefe	Secretaria Executiva de Florestas e Extrativismo
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
Suframa	Superintendência da Zona Franca de Manaus
USP	Universidade de São Paulo
WWF	Fundo Mundial Para a Natureza

Apresentação

Atualmente, há um número crescente de organizações de base envolvidas com manejo florestal e conservação dos recursos naturais na América Latina, as quais controlam cerca de 170 milhões de hectares. Na Amazônia brasileira, as iniciativas de MFC ou em pequena escala têm se expandido rapidamente, atingindo uma área estimada em 1 milhão de hectares, que beneficiam aproximadamente 5,5 mil famílias.

Este documento é parte dos resultados do projeto “Aprendendo a construir modelos de assistência técnica para organizações de base na Amazônia brasileira e América Central”, executado pelo Imazon em parceria com o Cifor e financiado pela Fundação Ford. O objetivo central desse projeto foi estudar as diferentes formas de assistência técnica praticadas por organizações de apoio ao MFC,. Procuramos avaliar os resultados desses processos locais e seus impactos, bem como identificar

lições e conclusões que poderão ser utilizadas no desenvolvimento de outras iniciativas na região.

Para isso, tomamos como estudo de caso o projeto de MFC de Cachoeira, no Estado do Acre. Esse projeto pode ser considerado um caso emblemático do MFC na Amazônia brasileira. O estudo em Cachoeira apresenta vários elementos de aprendizagem que podem ser úteis na construção de alternativas de modelos de assistência técnica, tais como: (i) forte organização de produtores; (ii) participação intensa de organização de apoio, ONGs e Governo; e (iii) apoio irrestrito de organismos de cooperação bilateral. Analisando os processos vivenciados em Cachoeira, procuramos responder a pergunta central desse estudo, que é: Como gerar modelos de assistência técnica que possam fortalecer a capacidade local de execução de manejo no âmbito gerencial, técnico, organizativo e político?

O Estado do Acre: Uma História de Lutas para a Floresta

Um Novo Povo na Amazônia Ocidental: Os Seringueiros

A partir da segunda metade do século 19, o crescimento da demanda industrial nos EUA e na Europa para látex natural ou borracha fez surgir um novo povo da floresta, os seringueiros. A Amazônia Ocidental, com sua região naturalmente rica em seringueiras (as árvores que produzem o látex natural), tornou-se um dos centros de produção mundial de borracha. Para atender a essa demanda internacional, em 1877, iniciou-se a colonização da Amazônia Ocidental, incluindo o atual Estado do Acre (Souza 2002). Barões da borracha de origem brasileira, boliviana e peruana (chamados de seringalistas) estabeleceram-se na região (Hecht e Cockburn 1990; Serier 2000) e adquiriram grandes áreas de floresta, chamadas de seringais, sob o princípio de *utis possidetis* (direito de posse) (Bakx 1988; Hecht e Cockburn 1990).

Os seringalistas procuraram os índios para abrir seus seringais e cortar a seringa. Contudo, em virtude da forte resistência dos indígenas, das fugas e da morte de muitos deles, os seringalistas decidiram trazer mão-de-obra de fora da região (Hecht e Cockburn 1990). Os primeiros seringueiros vieram principalmente do Nordeste brasileiro, motivados pelos preços altos da borracha nos mercados internacionais e pela necessidade de fugir da seca (Souza 2002).

Os seringueiros viviam espalhados na floresta. Os seringais consistiam de “colocações,” as unidades principais de produção dos seringueiros, compostas de casas isoladas e dispersas na floresta,

cada uma com suas próprias estradas de seringa. A grande distância desses seringais dos centros urbanos permitiu aos seringalistas impor um forte controle e exploração de mão-de-obra (Weinstein 1983).

Nos anos 1920, a queda nos preços internacionais da borracha, graças à produção mais barata dos seringais de cultivo na Malásia, quebrou o monopólio da borracha da Amazônia, resultando na falência dos seringais. Uma grande parte dos seringalistas abandonou seus seringais e os seringueiros (Wolff 1999). Como consequência, os seringais se transformaram em unidades produtivas mais complexas, visto que houve um crescimento na agricultura de subsistência e uma intensificação na colheita e venda de castanha e de peles de animais silvestres (Neves 2003). Assim, iniciaram-se “as primeiras experiências de manejo dos recursos florestais acreanos” (Neves 2003: 17).

A Segunda Guerra Mundial proporcionou um breve período de prosperidade da borracha. Pela segunda vez, de 1942 a 1945, nordestinos migraram para a Amazônia Ocidental como “soldados da borracha”. Porém, após a guerra, os preços internacionais da borracha caíram e, mais uma vez, os seringueiros encontraram-se abandonados na floresta.

No início da década de 1970, iniciou-se uma nova ocupação da Amazônia e do Acre por imigrantes vindos do Sul do país, atraídos pelas terras baratas e por grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários promovidos pelo governo militar.

A Expansão da Pecuária e da Agricultura no Acre: Conflitos pela Posse da Terra

Nos anos 1970, iniciativas de desenvolvimento do governo militar brasileiro começaram a transformar a Amazônia e sua população rural. Os planos do governo central para a Amazônia não incluíam o extrativismo da borracha. Ao invés disso, eles viram a Amazônia como uma região vazia, deserta, que precisava ser integrada à economia nacional e transformada em uma região mais produtiva e povoada. Iniciativas massivas como a rodovia Transamazônica e o projeto Polonoreste proporcionaram incentivos para a entrada de empresas de larga escala e o estabelecimento de grandes PADs para reassentar famílias sem terra (ver Binswanger 1991; Mahar 1989; Revkin 1990; Schmink e Wood 1987, 1992; Souza 2002).

No Acre, várias forças iniciaram um processo de mudança no sistema de posse da terra e o desalojamento de seringueiros de suas colocações na floresta. No início dos anos 1970, o Basa descontinuou as linhas de crédito para a extração de borracha levando muitos seringalistas que ainda permaneciam em seus seringais à falência. Ao mesmo tempo, o governo estadual começou a encorajar investidores do Sul do Brasil a investirem no Acre, principalmente em projetos de agricultura e pecuária de larga escala. Como resultado, a posse da terra foi transferida para novos proprietários e começou a ser mais concentrada. Por exemplo, de 1970 a 1975, 38% do Acre foi vendido para apenas 284 investidores (Cavalcanti 1983: 70). A maior parte desse processo aconteceu na porção sudeste do Estado, onde florestas ricas em PFNMs sustentavam também uma significativa população rural.

Entretanto, o Governo do Acre se recusava firmemente a reconhecer os direitos tradicionais à terra obtidos pelos seringueiros que a ocupavam. Ao invés disso, o governo ofereceu a realocação dessas famílias para PADs em outra parte do Estado (Bakx 1986). Todavia, a transição não foi fácil. As parcelas de assentamento fornecidas às famílias eram muito pequenas para que elas pudessem continuar suas atividades extrativistas tradicionais. A maioria das famílias de seringueiros não possuía capital para investir nas parcelas, e muitas delas

foram excluídas de suas redes sociais de suporte existentes (famílias grandes e outras relações de parentesco) no processo de realocação. O apoio prometido aos projetos de colonização quase sempre foi inadequado, e a combinação de pobreza e doenças frequentemente causou extrema miséria e forçou as famílias a abandonarem seus lotes e a mudarem-se para barracos nas áreas periurbanas (Bakx 1988). À medida que a notícia sobre essas dificuldades se espalhava, aumentava a resistência às iniciativas oficiais de desenvolvimento.

Os Primeiros Movimentos Sociais de Resistência dos Seringueiros

Com a expansão da pecuária e da agricultura, populações de seringueiros e outros povos da floresta se encontraram no meio de intensos conflitos de terra (Bakx 1988; Schmink e Wood 1992). Foi nesse contexto de violência que os primeiros movimentos sociais de resistência surgiram no Acre. A partir de 1975, povos tradicionais da floresta começaram a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência. Essas incluíram a fundação dos primeiros STRs e a organização de “empates,” uma forma de resistência coletiva, ambas na segunda metade da década de 1970.

Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais

Diante do regime de repressão do governo militar e da violência dos pistoleiros contratados pelos pecuaristas, em 1975, os trabalhadores rurais se organizaram para fundar o primeiro sindicato local em Brasiléia (Sandri 2003). Entre 1970 e 1980, foram fundados oito STRs no Estado do Acre (Sandri 2003). Esses primeiros sindicatos eram ligados à Delegacia da Contag, que foi instalada em 1975 em Rio Branco para orientar os STRs sobre seus direitos (Souza 2002).

Os STRs também receberam o apoio da Igreja Católica por intermédio da CPT e das CEBs (Souza 2002). A Igreja Católica da Prelazia do Acre e Purus, na região desde 1920, propagava a Teologia da Libertação, que ligava a fé cristã com a defesa dos direitos (terra, saúde e educação) dos trabalhadores e outros povos perseguidos pela

repressão (Souza 2002). Assim, a Prelazia do Acre e Purus se tornou um espaço político importante para os seringueiros. Dom Moacir Grechi, o bispo que assumiu a Prelazia em 1973, denunciou em 1976 a expulsão dos seringueiros, e os padres e religiosas da igreja orientaram os seringueiros e demais trabalhadores rurais a respeito de seus direitos sobre a terra (incluindo o fato que poderiam adquirir direitos sobre a terra após um ano e um dia de sua ocupação) (Souza 2002).

Os “empates”

O movimento dos seringueiros precisava reagir às expulsões forçadas e atrair a atenção para sua causa. Assim, eles adotaram uma forma de resistência não-violenta, na qual ocupavam áreas destinadas ao desmatamento com o intuito de impedir as tentativas de limpeza do sítio. Essas ações foram chamadas de “empates”, uma palavra originada do verbo “empatar”, que significa “impedir”. Os “empates” surgiram como a principal estratégia de resistência dos seringueiros à expulsão de suas colocações e ao desmatamento dos seringais. Em 1976, o STR de Brasiléia organizou o primeiro “empate” contra a expulsão dos seringueiros do Seringal Carmen, localizado no município de Brasiléia, que estava sendo transformado em fazenda (Sandri 2003). Em 1977, o STR de Xapuri foi fundado e tornou-se um dos sindicatos do Acre mais ativos na organização de empates liderados pelo sindicalista Chico Mendes.

Entre 1976 e 1988 houve 45 empates, dos quais 15 foram bem-sucedidos ao impedir o desmatamento da floresta (Assies 1997: 23). Embora fosse incapaz de impedir completamente o desmatamento nas terras dos seringueiros, esse ativismo não-violento, que até então só havia atraído atenção local esporádica, atraiu a atenção nacional e internacional para a causa desse povo.

O crescimento do movimento dos seringueiros

No início dos anos 1980, os sindicatos eram as principais organizações que representavam os interesses dos seringueiros do Acre. Com o apoio dos STRs, CPT e CEBs da Igreja Católica, os

seringueiros do Acre se mobilizaram de tal maneira que conseguiram atrair a atenção e o apoio de fora do Estado.

À medida que o movimento se fortalecia, intensificavam-se os esforços no sentido de aumentar a conscientização para que chegassem a um consenso sobre o interesse coletivo dos seringueiros em manter as florestas tropicais, que era a base de seus meios de vida. A ligação do bem-estar rural às florestas se tornou um componente-chave da emergente identidade do grupo como seringueiros (Grzybowski 1989). Os esforços no sentido de construir uma identidade tomaram várias formas e incluiu até projetos de educação rural como o Projeto Seringueiro.

Projeto Seringueiro

Em 1981, o Projeto Seringueiro foi criado com o intuito de alfabetizar os seringueiros e suas famílias na floresta. Ao extrair exemplos do contexto das florestas da região para elaborar o material didático, o projeto não apenas tornou a educação mais acessível, mas também validou implicitamente o meio de vida dos seringueiros. O projeto nasceu em Xapuri a partir de uma articulação entre as lideranças dos STRs e aliados e teve a assessoria do Cedop/CTA, Cese, Cedi e da antropóloga Mary Allegretti (Cordeiro e Castelar 1988). As primeiras escolas no interior da floresta foram implantadas por meio do Projeto Seringueiro em comunidades florestais na região ao redor de Xapuri, onde os conflitos pela posse da terra eram particularmente intensos.

O Conselho Nacional dos Seringueiros

Em 1985, durante o “Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia”, em Brasília, foi fundado o CNS. O CNS foi a primeira organização nacional capaz de efetivamente representar os interesses específicos dos trabalhadores extrativistas do Acre e da Amazônia. Esse conselho teve um papel central na conscientização e valoração de uma identidade entre os seringueiros, na articulação política dos seus interesses e na criação de programas e projetos de assistência.

O encontro em Brasília foi organizado com o apoio do STR-Xapuri e de seu presidente na época, Chico Mendes. Chico Mendes, um seringueiro com parentes no seringal Cachoeira, no município de Xapuri, era um líder carismático conhecido por ter mobilizado centenas de seringueiros em “empates”, o que lhe trouxe prêmios internacionais e aliados estrangeiros, entre eles, ambientalistas de organizações internacionais como o EDF e NWF.

O CNS começou a atrair maior atenção por causa de suas ações coletivas e alianças estratégicas com organizações ambientais internacionais. À medida que essa atenção aumentava, os seringueiros fortaleciam sua luta para forçar o governo a reconhecer os direitos de propriedade dos povos tradicionais que viviam na Amazônia. Em 1987, após Chico Mendes ter sido convidado para ir a Washington pelo EDF, a pressão crescente forçou o BID a suspender o financiamento para a pavimentação da rodovia BR-364 entre Porto Velho e Rio Branco. O financiamento para a rodovia dependia da execução dos programas de proteção social e ambiental (conhecido como Pmaci) pelo governo federal brasileiro. Ainda em 1987, o governo federal brasileiro cedeu à principal reivindicação do CNS para reconhecer os direitos tradicionais de propriedade, criando novos modelos de sistema de posse da terra.

Um Novo Modelo Fundiário Baseado no Extrativismo

Em 1985, durante o “Primeiro Encontro Nacional de Seringueiros da Amazônia”, o CNS reivindicou, pela primeira vez, direitos de propriedade apropriados ao extrativismo. Os seringueiros encaminharam ao presidente do país propostas para uma política de desenvolvimento para a Amazônia, que atendesse aos interesses dos seringueiros e demais trabalhadores extrativistas. Eles tiveram o apoio de lideranças dos seringueiros e outros aliados como Mary Allegretti, ambientalistas internacionais e organizações como o BID.

Em 1987, o governo federal desapropriou alguns seringais apropriados por fazendeiros no Acre e os transformou no primeiro PAE¹, chamado São Luis do Remanso. O PAE foi criado pelo Incra como modelo fundiário alternativo ao PAD²

(MDA *et al.* 2001). Em 1990, o Ibama criou a primeira Resex no Acre, a do Alto Juruá (Ibama 2005). No mesmo ano, o Ibama criou em Xapuri (AC) a Resex Chico Mendes, em homenagem ao principal líder dos seringueiros morto em 1988 (Ibama 2005).

Tanto os PAEs como as Resexs, comumente referidos por “reservas,” são terras federais designadas para a extração sustentável de produtos florestais e conservação de recursos naturais renováveis pelas populações residentes.³ Essas reservas asseguraram aos seringueiros o direito de usufruto dos recursos naturais das áreas de floresta, e não de posse da terra. Esses direitos são regulados por um contrato de concessão e plano de utilização entre o Incra (no caso de PAE) ou Ibama (no caso de Resex) e a associação local dos seringueiros.

Os seringueiros residentes nos PAEs ou nas Resexs têm direito às “colocações”; áreas de floresta delimitadas por estradas de seringa sob controle da família. Essas colocações comumente possuem aproximadamente 300 hectares (pode variar de 200 hectares a 1.200 hectares) e compreendem uma casa, quintal, parcelas agrícolas e seringueiras ordenadas em trilhas na floresta. Os direitos de uso dessa área de terra e de seus recursos podem ser transferidos somente para outra família.⁴ O plano de utilização permite a extração de PFNMs, tais como borracha e castanha. Até os primeiros projetos de manejo para produção de madeira nos

¹ Os PAEs foram criados pela Portaria 627 de 30 de julho de 1987 do Incra. Em 1996, os PAEs foram recategorizados como Projetos de Assentamento Agroextrativista pela Portaria 268 de 23 de outubro de 1996 (ver Silva *et al.* 1999). O Incra define PAEs como “projetos de assentamento que visam promover a reforma agrária-ecológica ou, em outras palavras, a regulamentação/legalização da situação fundiária de populações extrativistas tradicionais, proporcionando-lhes apoio técnico e infra-estrutural que permita o desenvolvimento sustentável (do PAE)” (Incra 1998).

² Os PADs foram criados em 1980 com o objetivo de instalar pequenos agricultores sem terra em lotes (de em média 100 hectares na Amazônia). Os “colonos”, como são chamados os moradores dos PADs na Amazônia, têm o direito de desmatar totalmente 20% (antes eram 50%) de seus lotes.

³ Para uma discussão mais abrangente das diferenças legais entre PAEs e Resex, ver Allegretti (1994) e Silva *et al.* (1999).

⁴ Isto significa que se a família decidir se mudar da colocação, ela não tem o direito de vendê-la (mas pode vender qualquer bem material como a casa e o cercado de animais).

PAEs, a extração de madeira somente era permitida para a construção de casas, currais, entre outros, na colocação.

Apesar das similaridades entre os PAEs e as Resex, existem diferenças significativas nas instituições que supervisionam essas áreas (Santos 2002). O Ibama tem como foco a fiscalização do meio ambiente e, dessa maneira, tem regulamentos rígidos de controle de uso dos recursos naturais. Por outro lado, o Incra tem como objetivo principal “promover a ocupação de espaços vazios do território nacional, principalmente na Amazônia, por meio de processos de regularização fundiária” (Incra 1998). Assim, o foco do Incra nos PAEs é a regulamentação da situação fundiária dos moradores.

Consolidação

Com os esforços extraordinariamente bem-sucedidos para tornar mais seguros os direitos de propriedade para as comunidades extrativistas, o movimento dos seringueiros e seus aliados começaram a focar em outras questões. Entre os novos objetivos prevalecia não apenas o desafio de encontrar alternativas de renda para as famílias pobres que viviam nas florestas, mas também transformar sua força coletiva por meio da consolidação do poder político na região.

Um exemplo bem-sucedido dessas transformações é o Projeto Agroextrativista de Cachoeira, localizado no município de Xapuri, no Acre, sobre o qual trataremos neste documento.

A Cooperativa Agroextrativista de Xapuri e as usinas de beneficiamento de castanha

A Caex foi formada em 1988 com o objetivo de agregar valor aos produtos das populações extrativistas residentes nas reservas. A cooperativa foi uma iniciativa do STR-Xapuri e recebeu apoio e financiamento de ONGs e entidades governamentais, entre elas, a Cultural Survival, Fundação Ford, Fundação Inter-Americana, WWF, BID, Novib, Ecotec, BNDES e Ibama. Esses recursos financiaram a construção da Usina

de Beneficiamento de Castanha Chico Mendes, fundada em 1990, em Xapuri, e proporcionaram assistência técnica aos produtores. Essa usina proporcionou melhores preços, transporte e estocagem para as castanhas coletadas pelos membros das comunidades extrativistas ao redor de Xapuri e dos PAEs e Resex. Todavia, a Caex não podia operar a usina em sua total capacidade e, pela dificuldade de competir com os baixos preços das castanhas da Bolívia, após dois anos, suas operações foram interrompidas (Assies 1997).

Dois anos depois, em 1992, a Caex elaborou o “Projeto Castanha”, que instalou mini e microusinas na Resex Chico Mendes e no PAE Chico Mendes (conhecido como Cachoeira). Essa descentralização de suas operações foi uma tentativa de reduzir os custos de produção para aumentar imediatamente a renda familiar dos seringueiros e proporcionar-lhes um incentivo para permanecer na floresta. Mas essa mudança não solucionou o problema principal: a competição com o preço mais baixo da castanha boliviana (Assies 1997). De fato, a descentralização gerou outros problemas como, por exemplo, a falta de controle de qualidade da castanha produzida e o aumento da migração rural-urbana, já que as famílias investiam as novas receitas na manutenção de familiares residentes em áreas urbanas. Essas usinas em Xapuri e nas reservas era a principal estratégia da Caex para aumentar os retornos econômicos dos povos extrativistas por meio do beneficiamento de PFNMs, como a castanha. Todavia, devido ao seu pouco êxito, encontrar alternativas de produção baseadas na floresta para as famílias nos PAEs e Resexs continuava a ser prioridade. É importante ressaltar que a castanha continua a ser uma das principais fontes de renda das famílias de seringueiros e extrativistas.

Poder político para os seringueiros: o Partido dos Trabalhadores

Em 1990, o PT foi fundado no Acre a partir do movimento dos seringueiros (Fernandes 1999). Em 1996, o movimento dos seringueiros e seus aliados puderam finalmente transformar sua força coletiva em poder político. Naquele ano, um líder do CNS que era candidato pelo PT foi eleito prefeito de Xapuri. Outros aliados do

movimento também foram eleitos para outros governos municipais (incluindo a capital Rio Branco), inclusive para a Assembléia Legislativa. Além disso, a ex-seringalista Marina Silva foi eleita ao Senado Federal e mais tarde tornou-se Ministra do Meio Ambiente. Comandando o governo local, seria possível canalizar programas de assistência para melhor servir as comunidades que viviam na floresta, o maior eleitorado do partido.

A eleição do “Governo da Floresta” no Acre

A eleição do candidato da coalizão do PT como governador do Acre em novembro de 1998 proporcionou o aumento da assistência aos seringueiros e o desenvolvimento das reservas. O governador eleito e os membros de sua administração tinham vínculos políticos fortes e antigos com o movimento dos seringueiros e com os conflitos que ocorreram em torno de Xapuri. Assim, os seringueiros e suas organizações (CNS, STRs) tiveram pela primeira vez um espaço no governo estadual para articular e negociar seus interesses.

Essa aproximação foi evidente no foco do governo estadual em manter a floresta do Estado em pé por meio de políticas e estratégias de desenvolvimento sustentável implantadas em parceria com os povos tradicionais da floresta (índios, seringueiros e ribeirinhos) (Duarte 2003; Kainer *et al.* 2003; Witoshynsky 2002). Desviando-se significativamente do governo estadual anterior, o “Governo da Floresta” (como passou a ser chamado) declarou que se esforçaria para manter a área total desmatada do Estado em 18% e que implantaria o manejo florestal sustentável em 25% das florestas do Estado (aproximadamente 4 milhões de hectares) (Caminoto 2000). O manejo florestal consistia na colheita de madeira usando técnicas de EIR, incluindo projetos comunitários (MMA/Governo do Estado do Acre 1999; Witoshynsky 2002).

Um ano após sua eleição, o “Governo da Floresta” teve sua primeira oportunidade de pôr em prática um de seus instrumentos políticos. Os seringueiros do PAE Cachoeira, no município de Xapuri, haviam concordado em fazer uma experiência com o MFC com ênfase na extração sustentada de madeira.



Locação dos seringueiros a margem do Rio Acre – Foto: Seater

Cachoeira: De Seringal a Pae

Introdução

Com o intuito de compreender melhor o impacto da luta dos seringueiros pela terra, esta seção examina uma comunidade que estava no epicentro desse movimento social. Inicialmente, descrevemos brevemente as características da área e, em seguida, sua história de desenvolvimento. O foco é identificar os tipos de assistência, resultantes do ativismo da comunidade, e o seu impacto sobre ela. Esse contexto formará a base para discussões posteriores sobre uma iniciativa de MFC inovadora, implantada pelo governo do Estado do Acre em colaboração com a Associação Comunitária de Cachoeira.

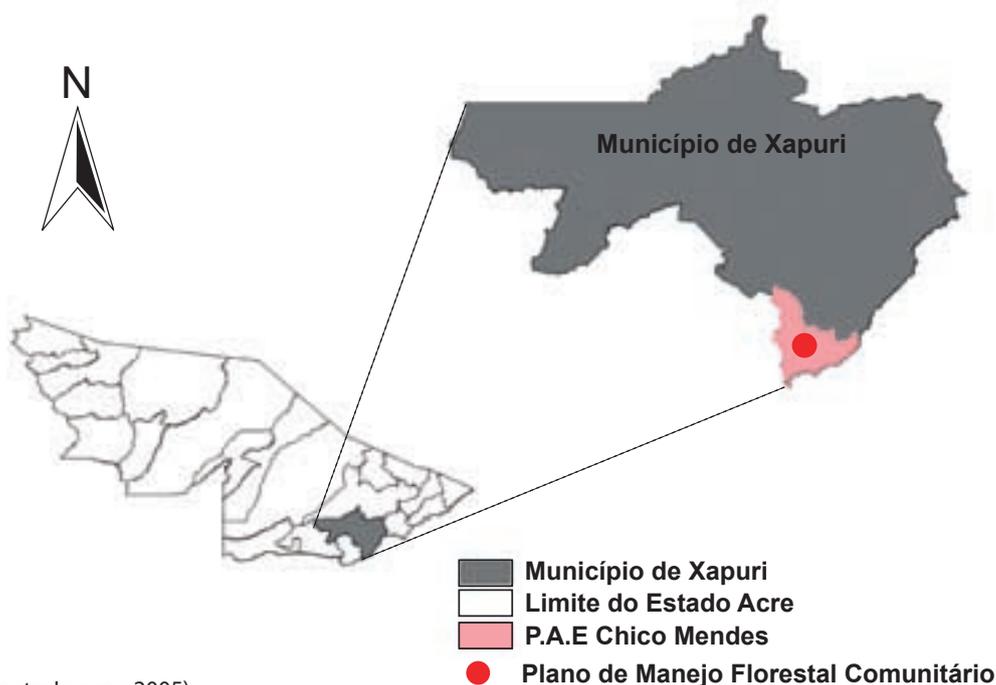
Cachoeira: O Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes

Características geográficas

Cachoeira é o nome popular do PAE Chico Mendes, que está localizado no município de Xapuri no sudeste do Estado do Acre, na região ocidental da Amazônia brasileira (Figura 1). A comunidade fica a aproximadamente 30 quilômetros a sudeste da capital municipal Xapuri.

Cachoeira faz fronteira com quatro propriedades seringueiras (São José, Santa Fé, Porto Rico e Nova

Figura 1. Mapa de localização do Projeto de MFC de Cachoeira.



(Fonte: Imazon 2005)

Figura 2. Projeto de Assentamento Agroextrativista Cachoeira.



(Fonte: Stone 2003)

Esperança), um PAE (Equador), uma fazenda (parte do seringal Porto Rico) e a Bolívia, ao longo do rio Xipamano (Figura 2).

Internamente, o PAE Cachoeira é dividido em três “regiões”: Fazendinha, Esperaí e Brasilzinho. A estrada de acesso entra em Cachoeira pela Fazendinha, o que torna essa região menos remota que as outras duas.

Características demográficas e socioculturais

Aproximadamente 75 famílias viviam em Cachoeira em 2000 (Coopeagro 2001). A maioria das 270 pessoas que vivem na reserva é de seringueiros por tradição (ou já extraíram borracha ou são descendentes de seringueiros) e residentes antigos da área. As famílias têm fortes laços de parentesco entre si, e a maioria das pessoas que vive na reserva pertence a um pequeno número de famílias grandes. Dessa forma, o PAE Cachoeira tem grande coesão local, o que pode explicar parcialmente a viabilidade da política de Projetos de Assentamentos Ecológicos.

Características biofísicas

A área de floresta de Cachoeira, que cobre aproximadamente 90% da reserva, compreende uma floresta ombrófila dos seguintes tipos: (i) floresta aberta dominada por bambus (26,6 %); (ii) floresta de bambus mesclada com florestas com árvores emergentes (38%); (iii) floresta densa com árvores emergentes mesclada com floresta aberta dominada por bambus (9%); (iv) floresta aberta com árvores emergentes (14,5 %); e (v) floresta aberta de várzea com palmeiras (2%) (Coopeagro 2001: 22). Segundo habitantes mais antigos da área, não houve nenhuma história significativa de exploração madeireira intensiva em Cachoeira, devido provavelmente ao fato de a floresta ser rica em árvores de castanha-do-brasil.

Principais atividades de produção

A maioria dos habitantes de Cachoeira tem um sistema de meio de vida baseado em diferentes combinações de: (i) extração de PFMNs (principalmente castanha-do-brasil e borracha); (ii) caça; (iii) pesca (limitada); (iv) criação de

animais domésticos (aves, porcos e/ou gado); e (v) produção agrícola em pequena escala. Em geral, castanha-do-brasil e borracha são as principais fontes de renda para a maioria dos habitantes (Coopeagro 2001). Alguns importantes geradores de renda adicional incluem: aposentadorias, serviços prestados (diarista, meeiro) e salário como funcionário público (Coopeagro 2001).

A atividade pecuária (gado) aumentou na década recente em Cachoeira (Coopeagro 2001). Essa atividade é considerada como uma poupança e é praticada também para a produção de leite, transporte de cargas ou pessoas e para comercialização (Coopeagro 2001). A bovinocultura e a produção de farinha são as atividades mais rentáveis, considerando-se resultados em curto prazo (Coopeagro 2001). Mais recentemente, a extração de madeira manejada se tornou uma fonte importante de renda para algumas famílias.

Apesar de a maior parte das famílias adotar sistemas similares de meio de vida baseados grandemente no extrativismo florestal, aquelas que residem mais próximo da principal estrada de terra de saída da reserva e da sede da Ampae-CM (a associação mais antiga em Cachoeira) (Figura 2) pararam de extrair borracha e dependem em grande medida da produção de castanha-do-brasil. Em contraste, as famílias das regiões mais isoladas da reserva (Esperai e Brasilzinho – Figura 2), onde a produção de castanha é menor pelo fato de ser uma área alagada, continuaram a extrair borracha.

Contexto Histórico

A transformação de Cachoeira em Projeto de Assentamento Agroextrativista: época marcada por violência e mobilização

A transição do seringal Cachoeira para PAE foi marcada por violência e mortes. Cachoeira estava no meio dos conflitos de terra entre seringueiros e fazendeiros do Acre. Os habitantes de Cachoeira participaram de empates pacíficos contra os fazendeiros.

Como a maioria das propriedades rurais na área, Cachoeira era um seringal durante o *boom* da borracha. Por volta dos anos 1940, a área foi originalmente registrada como Seringal Mucuripi (Coopeagro 2001). O nome “Cachoeira” se refere a um posto de troca no seringal. Com o declínio dos preços da borracha após a Segunda Guerra Mundial, as famílias residentes no seringal foram basicamente deixadas à sorte, embora a área estivesse ainda sendo reivindicada por um seringalista.

Durante os anos 1980, Cachoeira presenciou atos de violência e disputas pelo direito a terra. Em 1988, o fazendeiro pecuarista Darly Alves tentou desmatar e queimar uma parte das florestas de Cachoeira. Na tentativa de impedi-lo, os seringueiros de Cachoeira, com a ajuda de Chico Mendes, mobilizaram e realizaram um empate em abril daquele ano, impedindo os homens de Darly de entrarem no seringal. Um segundo empate logo se seguiu quando Darly tentou desmatar parte do Equador, um seringal vizinho. Em consequência desses confrontos, dois seringueiros foram seriamente feridos pelo filho de Darly, Olaci Alves. Em junho de 1988, o líder sindicalista Ivair Higino foi assassinado, supostamente por um pistoleiro de Darly (Coopeagro 2001). Logo depois, em Dezembro de 1988, Olaci assassinou Chico Mendes.

Em resposta, em parte, à situação de violência crescente, em 1989, o governo (Incrá) desapropriou a área do seringal Cachoeira e o transformou em um PAE. A decisão de transformar Cachoeira em uma reserva foi bem aceita pelos habitantes que haviam lutado durante os empates para conservar o meio de vida extrativista dos seringueiros. Registrada oficialmente como PAE Chico Mendes, mas comumente chamada de PAE Cachoeira, a criação da reserva foi uma tentativa de diminuir a violência crescente e as mortes.

A decretação de Cachoeira como reserva diminuiu a violência e as disputas pelo direito a terra. Hoje, os habitantes do PAE Cachoeira vivem na reserva em relativa tranquilidade, sem ameaças significativas de assentamentos legais e ilegais de colonos e das expansivas atividades agrícolas e pecuárias. Deve-se ressaltar que essa situação é bem peculiar ao PAE Cachoeira e não reflete a de outros PAEs.

Primeira assistência para Cachoeira

Inicialmente, os habitantes de Cachoeira deveriam ter recebido apoio do governo por meio do Incra, por exemplo, construção de estradas e infra-estrutura básica. Como a ajuda recebida foi insuficiente, o CNS, o governo municipal de Xapuri e ONGs desempenharam um papel muito mais importante nesse apoio.

A implantação da Caex em Xapuri proporcionou um apoio significativo para as famílias de Cachoeira. A cooperativa construiu dois depósitos em Cachoeira (na Fazendinha e em Esperaí) e designou um caminhão para transportar periodicamente os produtos dos residentes. Cachoeira também foi um dos sítios rurais que recebeu mini e microusinas de beneficiamento de castanha-do-brasil, mas a maioria está concentrada ao redor da Fazendinha. Algumas famílias também receberam ajuda para participar de um projeto de produção de mudas de castanha-do-brasil a serem plantadas em clareiras e florestas secundárias. Essa assistência foi crucial para as famílias, pois ajudou a aumentar sua renda com a venda de produtos florestais.

Cachoeira recebeu novos investimentos quando o líder do CNS foi eleito prefeito do município de Xapuri. Quando Cachoeira foi decretado PAE, a área pertencia a este município, onde os seringueiros tinham vínculos políticos e pessoais antigos com organizações de base de seringueiros, como o STR e o CNS. Isso assegurou certa colaboração entre o governo de Xapuri e os líderes locais.

Contudo, em 1996, o mesmo ano em que os aliados do movimento dos seringueiros assumiram o controle do governo de Xapuri, novas divisões municipais situaram o PAE Cachoeira no município vizinho de Etipaciolândia. Essa redivisão geopolítica não afetou imediatamente as relações política, econômica e pessoal dos habitantes de Cachoeira com o município de Xapuri. Todavia, tecnicamente, os seringueiros de Cachoeira não tinham mais direito aos pacotes de assistência municipal (por exemplo, para educação, saúde etc.) de Xapuri. A mudança na jurisdição criou uma oportunidade para outros

partidos políticos atuarem fornecendo serviços em Cachoeira e para atender algumas famílias que se sentiam frustradas por não serem beneficiadas pelos programas trazidos para a comunidade após sua transformação em PAE.⁵ Essa situação gerou conflitos na reserva entre os seringueiros que achavam que deveriam ajudar seus aliados do PT em Xapuri e aqueles que haviam procurado assistência de um partido político adversário em Etipaciolândia.

A criação da Associação dos Moradores e Produtores do Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes

Seis anos após a decretação de Cachoeira como PAE, em 4 de agosto de 1995, os habitantes fundaram a Amppae-CM. A idéia de criar uma associação partiu de um deputado estadual e outras lideranças dos seringueiros que argumentavam que era uma “necessidade para os pobres”. Além disso, o Incra também exigia que habitantes de PAEs criassem organizações locais para legitimar seus direitos de usufruto e gestão dos recursos naturais. (Brown e Rosendo 2000).

Um dos principais objetivos da criação da Amppae-CM era ajudar a atrair mais serviços e recursos necessários das agências externas, além de fortalecer a organização comunitária. Apesar da condição da área como PAE e, com isso, da maior segurança da posse da terra, Cachoeira continuava necessitando da ajuda de organizações externas, inclusive do Incra.

A Amppae-CM tornou-se uma organização comunitária relativamente bem estabelecida e politicamente atuante. Atualmente, representa uma das associações de seringueiros mais fortes e politicamente ativas do Acre. A associação exerce o controle político e administrativo da maior parte da área da reserva. Em 2002, havia membros da associação por toda a reserva, desde a área mais acessível até as regiões mais remotas.

⁵ Em 2004, os limites intermunicipais mudaram e Cachoeira passou, mais uma vez, para o município de Xapuri.

A Amppae-CM é, em grande medida, um legado de sua história de mobilização contra Darly e outros fazendeiros nos anos 1980. O êxito dos empates em impedir os fazendeiros de desmatarem os seringais na região provou aos seringueiros de Cachoeira que a mobilização e ação coletiva, juntamente com alianças estratégicas com organizações externas, eram formas efetivas de defender seus direitos. Além de evidenciar a importância da ação e organização comunitária, os empates proporcionaram às famílias habilidades de liderança e experiência em negociação e coordenação de ações com outras organizações e instituições. Os empates também produziram líderes fortes. Além disso, durante este período, foi formada uma forte rede de vínculos formais e pessoais entre os seringueiros de Cachoeira e outras lideranças seringueiras em Xapuri, bem como com organizações e instituições.⁶

Assim, quando a Amppae-CM foi fundada em 1995, já possuía quase 20 anos de ação e alianças coletivas, formais e informais, e forte liderança para seu desenvolvimento. Desde sua fundação, a associação tem proporcionado aos seringueiros de Cachoeira um poder de expressão política, bem como acesso a recursos e serviços. Este incluiu um “contrato de concessão de uso”⁷ com o Inbra. O contrato daria aos seringueiros de Cachoeira, sob a condição de cumprirem o plano de utilização da reserva (para revisão em 2008), a possibilidade de negociar a posse da terra da reserva em parceria com o Inbra. Aparentemente, Cachoeira é o primeiro e único PAE a ter tal contrato com o Inbra.

Participação do Governo Estadual e Municipal

O movimento social, ONGs e governos mantém relações estreitas com Cachoeira e, em governos anteriores, a causa seringueira e Cachoeira receberam apoio com maior ou menor intensidade. Entretanto, com a eleição do “Governo da Floresta”, em 1998, muitos membros da administração estadual, inclusive o governador, participaram e/ou tinham vínculos antigos com o movimento dos seringueiros e conflitos que ocorreram em torno de Xapuri. Isso levou ao aumento das ações de

apoio às populações de seringueiros, entre elas, os residentes de Cachoeira.

A mudança mais tangível em Cachoeira foi a melhoria da estrada de acesso à reserva, que era bastante precária, e a sua ampliação para o interior da comunidade. Outros projetos de assistência técnica e investimentos tentaram introduzir atividades alternativas que poderiam ajudar as famílias a diversificarem sua renda sem depender da expansão da pecuária, que estava ameaçando crescentemente os sistemas baseados na floresta de muitas reservas do Acre. Esses projetos incluíram investimentos em infra-estrutura básica em Fazendinha a fim de proporcionar a base para um projeto de ecoturismo. O governo estadual, juntamente com tomadores de decisão importantes de ONGs locais, também encorajou e ajudou as mesmas ONGs a introduzirem os sistemas agroflorestais e de piscicultura para as comunidades. Uma das ações importantes foi a oferta de assistência técnica por meio de agentes do governo e de ONGs. O apoio aos sistemas agroflorestais foi por meio de assistência técnica e construção de infra-estrutura. Apesar de bem-intencionados, muitos desses projetos estagnaram quando os recursos financeiros externos acabaram. A intensificação da ajuda também provocou rupturas na comunidade, causadas pela desigualdade na distribuição dos investimentos, que beneficiavam a região de Fazendinha em detrimento das outras regiões da reserva.

Foi nesse contexto que as famílias de Cachoeira concordaram em participar de uma experiência inovadora com manejo florestal para produção de madeira. Em 1998, um pequeno grupo de famílias começou a fazer experimentos com a extração de madeira para venda comercial por meio de um projeto de MFC. Para as famílias envolvidas, a venda da madeira e os serviços realizados para o projeto se tornaram uma fonte de renda crescentemente importante.

Manejo Florestal para Madeira: Um “Empate” Contra o Desmatamento

A decisão dos habitantes de Cachoeira de extrair experimentalmente madeira utilizando técnicas

de EIR era controversa, pois alguns consideravam que tal prática contrariava os princípios básicos do modo de vida extrativista dos seringueiros. Na época, em 1998, as únicas outras comunidades de seringueiros no Acre que produziam madeira experimentalmente eram o PAE Porto Dias e o PAE São Luiz do Remanso. Os seringueiros de Porto Dias e de São Luiz do Remanso e a organização de assistência técnica, o CTA, eram criticados por explorar madeira numa reserva, mesmo que utilizassem técnicas de EIR.

Segundo seringueiros que participavam dessa iniciativa em Cachoeira, a decisão de aceitar o projeto de MFC era uma estratégia política para atingir o principal objetivo dos habitantes da reserva e da Ampapae-CM: manter seus direitos de uso dos recursos naturais e posse da terra por meio da elaboração do plano de utilização do PAE. Além disso, o MFC seria uma fonte de renda alternativa capaz de viabilizar economicamente a reserva, já que os preços dos produtos extrativistas sofrem grande desvalorização. Dessa forma, muitas pessoas em Cachoeira consideravam a

extração de madeira com técnicas de EIR um meio para reduzir o desmatamento, causado não pela expansão da produção agrícola ou da pecuária comercial pelos colonos, (que não são um problema em Cachoeira), mas por suas próprias práticas de agricultura de subsistência. Assim, da perspectiva de alguns seringueiros, o projeto de MFC era um novo empate em defesa da floresta. Manter as taxas de desmatamento baixas no PAE representava uma maneira de garantir que o Incra estendesse seu “Contrato de Concessão de Uso”, para revisão em 2008. Portanto, a intenção dos seringueiros de Cachoeira, ao decidir experimentar as práticas sustentáveis de exploração da madeira, era demonstrar e convencer outros seringueiros de que o manejo florestal não era apenas um sistema de produção viável e alternativo para gerar renda e reduzir o desmatamento. Eles também queriam, que o manejo florestal fosse compreendido como um novo sistema que poderia assegurar ao PAE melhores condições econômicas e sociais na reserva e, assim, contribuir para assegurar o sistema de meio de vida extrativista e o modo de vida dos seringueiros.

O Projeto de Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira

Introdução

O projeto de MFC em Cachoeira merece uma discussão mais detalhada por representar uma tentativa inovadora de apoio às comunidades de seringueiros no sentido de desenvolver uma alternativa de produção baseada na floresta. Ele também é um projeto-piloto representativo do programa do governo estadual de promoção do manejo florestal sustentável. Dessa forma, o projeto tem atraído atenção significativa para a região e também apoio colaborativo de uma variedade de instituições. Este capítulo investiga as origens da iniciativa e mostra os prolongados esforços para desenvolver, implantar e expandir o modelo para outros seringueiros.

Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira: Uma Oportunidade para o “Governo da Floresta”

A eleição de Jorge Viana, em 1998, para o governo do Acre, e sua promessa de manter as florestas do Estado em pé, tornou o manejo florestal sustentável um dos enfoques do “Governo da Floresta” (ver Duarte 2003; Kainer *et al.* 2003; Witoshynsky 2002). O início do governo foi marcado pela reorganização dos programas do Estado com base nos conceitos de “novo extrativismo” (Kainer *et al.* 2003; Rego 1999) e “florestania”. A Sefe foi criada e a Seater, reorganizada, para melhor atender as necessidades dos povos da floresta. Para pôr em prática uma de suas principais políticas florestais, o MFC, o governo começou a buscar comunidades interessadas em explorar experimentalmente madeira utilizando técnicas de EIR.

Na época, existiam apenas quatro outras iniciativas de manejo para produção de madeira em nível comunitário no Acre: no PAE Porto Dias e PAE São Luiz do Remanso, apoiadas por uma ONG, o CTA; no PAD Pedro Peixoto, apoiada pela Embrapa; e na Floresta Estadual Antimari, apoiada pela Funtac. As primeiras fontes de recursos financeiros e assistência técnica para a implantação de projetos dentro dos PAEs no Acre vieram do Pmaci do BID. Esse programa foi iniciado em 1985 dentro de um programa maior do governo federal e do BID destinado a financiar o asfaltamento da BR-364 que liga Porto Velho a Rio Branco (ver Allegretti *et al.* 1998 para uma análise abrangente do Pmaci). Após a morte de Chico Mendes, o Pmaci começou a financiar projetos socioeconômicos, de saúde e educação e infra-estrutura nos PAEs. A responsabilidade de administrar os recursos e de implantar os projetos de manejo florestal de uso múltiplo em quatro PAEs do Estado foi passada para o CTA, uma ONG local, e à Funtac, um órgão governamental (CTA 1998; Silva *et al.* 1999). Uma das linhas de financiamento dentro do Pmaci era para iniciativas de MFC de uso múltiplo utilizando técnicas de EIR (CTA 1998; Silva *et al.* 1999). Sob a responsabilidade do CTA e da Funtac, quatro PAEs foram selecionados para implantar projetos de MFC: Porto Dias e Cachoeira (com assistência do CTA) e São Luis do Remanso e Santa Quitéria (com assistência da Funtac) (CTA 1998). Nenhum dos órgãos executivos do Estado proporcionava assistência para iniciativas de extração de madeira em escala industrial ou comunitária. Assim, o “Governo da Floresta” estava interessado em executar um projeto-piloto de exploração de madeira para desenvolver um

modelo de MFC para as áreas protegidas do Estado (e da Amazônia).

Esse interesse se baseava em uma preocupação crescente de que a dura batalha para obter o reconhecimento dos direitos tradicionais de propriedade pelas comunidades extrativistas havia sido insuficiente para tirar da pobreza as populações que vivem na floresta. Após a queda significativa dos preços da borracha nos anos 1990, muitas famílias de seringueiros encontravam-se em constante miséria. Eles se envolveram com a pecuária e/ou expandiram suas parcelas agrícolas para proporcionar segurança e melhorar seu bem-estar. Outras famílias migraram para as cidades por causa da falta de acesso à renda, educação e assistência médica nas florestas. Muitas dessas famílias simplesmente abandonaram suas colocações, que acabaram se tornando suscetíveis à colonização por famílias de agricultores —tanto legalmente (em PAEs, colocados pelo Incra) quanto ilegalmente (como invasores de terra). A combinação desses fatores deixou as reservas sob alto risco de desmatamento acelerado e com o futuro ameaçado. Nesse contexto, o governo do Estado propôs o manejo florestal para produção de madeira como uma possível alternativa viável de produção florestal.

Os Primeiros Anos do Projeto de Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira: Elaboração e Implantação

Apresentação do projeto

A idéia do projeto surgiu em 1998 na cidade de Xapuri onde o prefeito e um deputado estadual, ambos do PT, e um padre católico italiano instalaram uma indústria de pequena escala para produção de móveis finos e outras artes manuais em madeira. Essa indústria, chamada Pólo das Indústrias Florestais de Xapuri (Piflox), mais comumente conhecida como Pólo Moveleiro, foi uma iniciativa colaborativa. O município de Xapuri forneceu o terreno; o governo federal, por meio da Suframa, financiou a infra-estrutura; e o governo do Estado do Acre concordou em pavimentar a estrada de acesso a Xapuri (Camelo

2002). A Itália, por meio da Igreja Católica da cidade de Como, doou equipamentos e enviou marceneiros profissionais para ajudar a treinar as pessoas locais. O objetivo do Pólo Moveleiro era gerar emprego em Xapuri e contribuir para a conservação e desenvolvimento das reservas próximas por meio do MFC para a produção sustentada de madeira.

Essa indústria precisava de uma fonte de matéria-prima. Assim, os líderes locais que promoviam o projeto começaram a buscar comunidades de seringueiros interessadas em participar. Eles primeiramente contrataram várias comunidades dentro da Resex Chico Mendes. Porém, o projeto de MFC foi rejeitado pelos seus residentes. Os seringueiros e suas organizações de base — entre elas, o CNS e o STR de Xapuri— eram internamente divididos sobre a questão do manejo para produção de madeira. Além disso, o Ibama e os financiadores que apoiavam outros projetos dentro da reserva também rejeitavam a iniciativa. Em 1999, financiadores do projeto Resex Chico Mendes ameaçaram suspender os financiamentos caso o MFC fosse permitido.

Com a rejeição do projeto de MFC pelos seringueiros da Resex Chico Mendes, os políticos de Xapuri direcionaram sua atenção para o PAE Cachoeira. Segundo habitantes de Cachoeira, a decisão do município de Xapuri de contatar a comunidade (e, depois, do “Governo da Floresta” de oferecer sua assistência) foi devida, em parte, aos vínculos do prefeito e do deputado com os seringueiros desse PAE. Além disso, a associação comunitária de Cachoeira, a Amppae-CM, era uma das organizações comunitárias mais organizadas e politicamente atuantes no Acre. Seus sócios tinham uma forte rede de vínculos formais e pessoais com pessoas influentes, bem como com organizações e instituições politicamente poderosas. A Amppae-CM também possuía líderes hábeis, com experiência em construção de alianças estratégicas com outras organizações e instituições e prática em negociação e coordenação de ações.

Também, a localização relativamente próxima de Xapuri e seu fácil acesso tornaram Cachoeira uma região atrativa do ponto de vista operacional. E, não havia nenhuma divergência de opinião

a respeito de Cachoeira ser um PAE, uma vez que a população de Cachoeira era relativamente homogênea (todos eram seringueiros). Da mesma forma, os seringueiros de Cachoeira não disputavam o direito à terra por pressão ou invasões de outras populações de fora da reserva. O fato de a maioria das famílias que viviam próximo das fronteiras com Cachoeira ser de seringueiros (muitos dos quais possuíam laços de parentesco e outros laços com famílias em Cachoeira), contribuiu para a conservação de grandes áreas de floresta relativamente intactas. Tudo isso proporcionava certa segurança ao futuro de um projeto de MFC em Cachoeira.

Por fim, outro fator importante foi o fato de Cachoeira ser um PAE (sob supervisão do Incra) e não uma Resex (sob supervisão do Ibama). O Incra, na época, já havia permitido que residentes de um PAE (Porto Dias) extraíssem madeira experimentalmente de forma seletiva. É provável que essa decisão tenha sido tomada pelo fato de a instituição estar centralizada na reforma agrária e não no regulamento dos recursos naturais. Em contraste, o Ibama, cujo objetivo central é a fiscalização do meio ambiente, não permitia a extração de madeira em Resex.

Em 1998, os seringueiros de Cachoeira aceitaram o projeto de MFC, mas somente em caráter experimental. A trajetória de uso dos recursos florestais pelos seringueiros de Cachoeira sempre foi pautada pela atividade extrativista, principalmente pela exploração de borracha e castanha. A exploração de madeira tinha um caráter de subsistência e o uso comercial estava relacionado à degradação da floresta. A partir da metade da década de 1990, a comunidade de Cachoeira passou a enfrentar um grave dilema interno: como introduzir outra atividade produtiva sem destruir a floresta. A alternativa com resultados financeiros mais imediatos era a pecuária, pois não necessitava de grandes investimentos iniciais, tecnologia complexa ou infra-estrutura, especialmente de estrada (segundo depoimento de um seringueiro que simplifica o dilema da falta da infra-estrutura com a frase –“o boi anda”). Entretanto, essa atividade levaria ao desmatamento progressivo dos seringais. A partir dessa constatação e da preocupação com o

desmatamento resultante de suas próprias práticas de agricultura de subsistência, um grupo de comunitários em Cachoeira passou a discutir o MFC.

Foram realizadas três ou quatro reuniões em Xapuri e na reserva a fim de que a associação de Cachoeira (Amppae-CM) votasse a execução do inventário ecológico das parcelas florestais. Representantes do STR de Xapuri, a ONG CTA e um engenheiro florestal, que servia como coordenador científico, participaram dessas reuniões com os políticos. No final, dez famílias de Cachoeira, todas com acesso à estrada principal da reserva, ofereceram-se como as primeiras voluntárias. Essas famílias e a Amppae-CM determinaram que a decisão de implantar o projeto de MFC, de fato seria tomada somente após a execução dos inventários e a sua discussão detalhada.

Assistência técnica e financeira: de ONG para o governo estadual

Desde o princípio, o projeto em Cachoeira recebeu assistência significativa de instituições e pessoas externas. Ao longo do tempo, a fonte de assistência foi substituída porque as agendas políticas mudaram e novos atores surgiram.

A primeira organização a ofertar assistência técnica foi a ONG CTA. Em 1999, o governo municipal de Xapuri assinou um contrato com o CTA para realizar os inventários florestais nas colocações das dez famílias voluntárias. Com recursos financeiros do BID, o CTA concluiu os inventários florestais no mesmo ano. Em 2000, após os membros da Amppae-CM aprovarem a continuidade do projeto, o governo estadual (Sefe) comprometeu-se como a principal fonte de apoio técnico e financeiro.

O modelo de acompanhamento: apoio significativo do governo

Desde o princípio, um dos objetivos do projeto de MFC em Cachoeira era capacitar os habitantes da reserva para assumirem a autoridade e a responsabilidade pelo projeto.



Grupo de visitantes ao projeto de MFC no Cachoeira – Foto: Imazon

Assim, formou-se uma parceria entre os engenheiros florestais do governo do Estado, a Ampgae-CM e os proprietários das colocações de onde era extraída a madeira (autodenominados “produtores”). Eles trabalharam muito, especialmente durante os primeiros anos, para estimular a participação comunitária e capacitar os seringueiros para que se envolvessem mais na execução e administração das atividades do projeto. Isso incluiu a designação da Ampgae-CM —a organização comunitária formalmente reconhecida pelo Incra— para a supervisão do projeto de MFC. A associação era responsável por todas as atividades realizadas no âmbito do projeto —desde assegurar que a madeira fosse extraída de acordo com o plano de manejo até conseguir autorização do órgão federal (Ibama) para transportá-la para fora da reserva para ser vendida. Além de, em grande medida, ser responsável também pelas atividades administrativas e pelas decisões relacionadas ao projeto.

Os membros da Ampgae-CM, junto com os produtores, elegeram um “coordenador comunitário” para trabalhar com os engenheiros florestais do Estado. Esse coordenador supervisionava as atividades do projeto de MFC,

atuando também como intermediário e facilitador entre os engenheiros florestais e outros atores externos envolvidos e os produtores. O primeiro coordenador comunitário foi um produtor, uma das lideranças mais respeitadas e articuladas de Cachoeira com significativa experiência no trabalho com pessoas de fora.

Além disso, foram contratados agentes comunitários de extensão florestal (chamados de paraflorestais ou agentes florestais). Esse grupo compreendia adolescentes de ambos os sexos, a maioria filhos ou parentes de produtores da reserva. Eles foram treinados pelos engenheiros florestais e coordenador comunitário em diversas técnicas de pré-colheita. O papel deles era auxiliar o engenheiro florestal e/ou o coordenador comunitário, juntamente com o produtor, a demarcar as áreas de colheita, executar os inventários e cortar os cipós, entre outras atividades nessas áreas.

A Ampgae-CM contratou também a filha de um produtor como secretária. Sua função era ajudar no preenchimento de formulários e recibos relacionados ao projeto de MFC e monitorar o empréstimo de equipamento de segurança.

Porém, com pouca experiência em manejo para produção de madeira —do ponto de vista das técnicas de EIR e dos aspectos burocráticos e comerciais— e com poucos recursos, a Amppae-CM, os produtores e demais residentes da reserva envolvidos no projeto necessitaram de uma assistência significativa. Assim, no início do projeto, em 2000, o governo estadual, por meio da Sefe, disponibilizou dois engenheiros florestais para trabalhar unicamente com os seringueiros de Cachoeira. Até 2001, esses engenheiros florestais trabalharam em estreita colaboração com os produtores, coordenador comunitário, paraflorestais e um engenheiro florestal da USP, que era o “coordenador científico” do projeto na época.

Além de assistência técnica com atividades de colheita e pós-colheita, os engenheiros florestais também ajudaram na redação e submissão da documentação para o Ibama a fim de obter as licenças de colheita e transporte anuais. Os engenheiros florestais também desempenharam um papel importante na negociação da venda da madeira com compradores. Eles ajudaram a Amppae-CM a supervisionar e mediar transações de negócios com os compradores.

O governo do Estado também deu apoio financeiro significativo. De 2000 a 2001, a Sefe pagou os salários dos dois engenheiros florestais, do coordenador comunitário e da secretária da Amppae-CM e cobriu os custos das diárias dos paraflorestais. (Os paraflorestais recebiam uma diária de R\$ 10,00, valor um pouco superior à diária média por serviços comumente requeridos na reserva (por exemplo, preparação de parcelas agrícolas para semeadura). A secretária recebia um salário mensal de R\$ 130,00). A Sefe também realizou e pagou várias oficinas de treinamento e cursos de campo junto com outras organizações ou pessoas. Essas oficinas incluíram: (i) curso de “jardinagem” florestal (pelo coordenador científico); (ii) análise do sistema de produção familiar dos seringueiros (pela Sefe); (iii) contabilidade financeira (por um contador contratado pela Sefe por três meses); e (iv) operação e manutenção de motosserra (pela Embrapa e Funtac). E, com recursos financeiros do WWF/Brasil, a Sefe comprou equipamento de proteção.

Apesar da participação ativa da comunidade do PAE Cachoeira no projeto de MFC, os seringueiros da reserva ainda ficaram muito dependentes do governo estadual nos primeiros anos. Esse era especialmente o caso em relação ao acesso à infraestrutura, aspectos burocráticos com o Ibama e comercialização da madeira.

Construção de um projeto adaptado à realidade local

Mesmo com essas dificuldades, durante os primeiros anos do projeto, os engenheiros florestais do Estado, junto com o coordenador científico e o coordenador comunitário, buscaram adaptá-lo ao contexto local. Eles simplificaram a estrutura geral do projeto e as técnicas de manejo a fim de facilitar a implantação das atividades de MFC e a apropriação do projeto pelos produtores.

Primeiro, o projeto foi elaborado para funcionar no nível familiar, ou seja, cada família controlaria o manejo em sua própria colocação, mas coordenaria e compartilharia algumas responsabilidades com outras famílias participantes do MFC. Essas famílias reservavam em sua colocação uma área de 100 hectares para manejo individual, a qual era dividida em áreas de colheita anual de 10 hectares, que possibilitavam um ciclo de corte de 10 anos (Figura 3).

A exploração de madeira era uma atividade sazonal que proporcionava uma renda adicional de colheitas relativamente pequenas. Desse modo, essa atividade foi incorporada ao sistema tradicional de meio de vida. Foi decidido também seguir as formas tradicionais de extração de produtos florestais como a borracha e a castanha-do-brasil. A madeira era extraída nas colocações individuais (em vez de uma área extensa de floresta à qual todos os produtores teriam acesso) como parte de um sistema de produção que incluía outros produtos florestais e não-florestais. O sistema de organização da exploração por talhões individuais era uma novidade, já que a própria legislação previa a extração em talhões contínuos. Assim, o PAE Cachoeira passou a ser um modelo interessante para as demais áreas extrativistas.

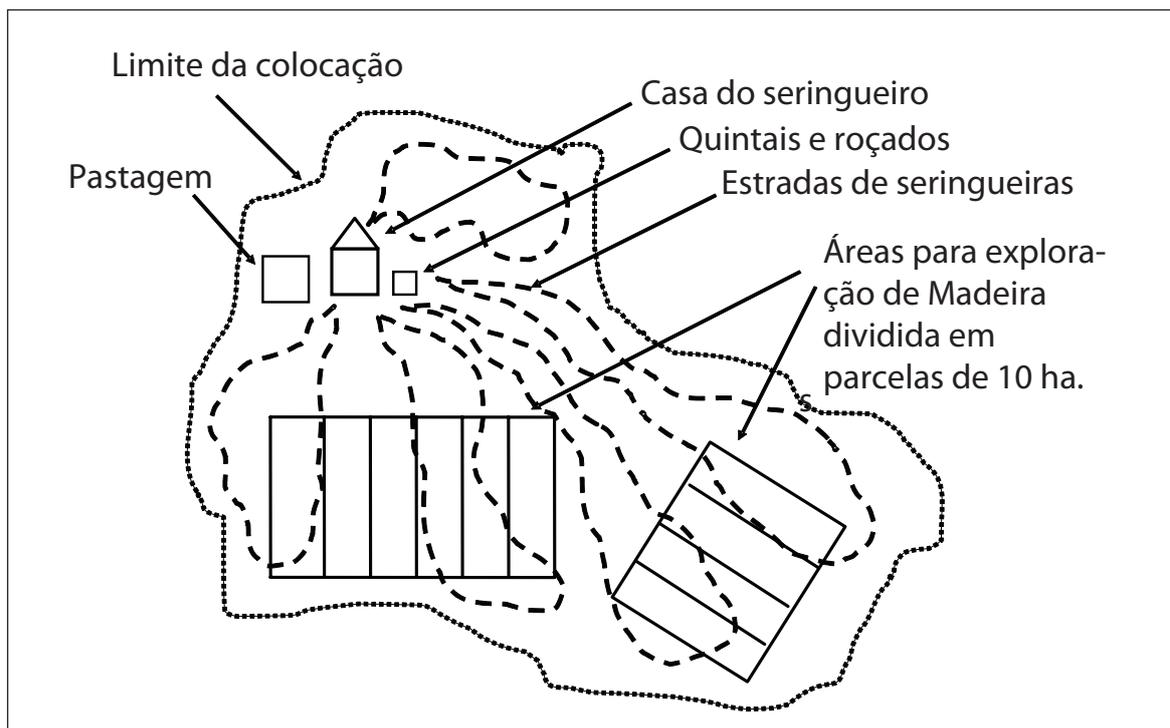


Figura 3. A colocação e as áreas de extração de madeira.

(Fonte: Stone 2003)

Também foi decidido que a colheita seria de baixa intensidade, o que era compatível com o costume dos seringueiros de cortar somente poucas árvores para a construção de casas, cercados etc. O volume total extraído anualmente pelas colocações envolvidas no MFC era entre 100 metros cúbicos e 500 metros cúbicos. Isso equivalia a duas a três árvores, ou seja, entre 1 metro cúbico e 5 metros cúbicos/ha/colocação/ano. Além de ser baixo, o volume era distribuído entre uma grande variedade de espécies. A intenção original era explorar 20 a 30 espécies, mas as espécies e o número de árvores extraídas dependiam dos pedidos dos compradores.

Por ser um projeto de manejo para produção de madeira em uma reserva (PAE), os engenheiros florestais e os produtores em Cachoeira eram obrigados (pelo Ibama) a utilizar técnicas de EIR na extração. Essas técnicas incluíam a identificação de plântulas, varetas e/ou árvores para regeneração; corte de cipós; pré-planejamento das trilhas de arraste; colheita seletiva; e derrubada direcional. Os engenheiros florestais simplificaram essas técnicas, usando, por exemplo, uma abordagem inovadora como a introdução do conceito de “jardinagem” (Viana *et al.* 2002b). Essa abordagem simplificou

o processo de inventariação das áreas de colheita por meio de um mapeamento das árvores classificadas como “mães” (espécies arbóreas de valor comercial com diâmetros superiores a 30 centímetros e selecionadas para colheita imediata), “filhas” (árvores a serem cortadas em 10 anos) e “netas” (árvores a serem cortadas em 20 anos). Além de facilitar a compreensão pelos produtores e paraflorestais, a “jardinagem” possibilitou a identificação de árvores para regeneração, que era uma das preocupações dos seringueiros de Cachoeira quando iniciaram o projeto.

Após a derrubada das árvores, as toras eram cortadas em pedaços menores com uma motosserra (toras menores, blocos e galhos grandes). Decidiu-se usar tração animal (uma carroça puxada por boi) para transportar a madeira das áreas de colheita nas colocações até a estrada principal da reserva por causa dos baixos volumes de madeira. Um caminhão fez o transporte da madeira para Xapuri.

Como o enfoque do projeto era a produção familiar de madeira e um de seus objetivos era gerar emprego na reserva, a maior parte dessas atividades era realizada pelos próprios produtores



Produtores em atividades do processamento de madeira no projeto de MFC – Foto CTA

de madeira e outros habitantes da reserva. Os produtores contrataram pessoas da comunidade para executar os serviços necessários ao projeto como, por exemplo, motosserristas. Havia casos de alguns desses indivíduos, que também eram produtores, serem contratados por outros produtores para ajudarem na derrubada de suas árvores. Os proprietários de bois, que eram contratados para ajudar no transporte da madeira, também eram residentes de Cachoeira. Em alguns casos, algumas dessas pessoas eram os próprios produtores.

Os produtores eram responsáveis pela negociação de preços e pagamento das diárias e salários aos contratados para execução das atividades de MFC em suas colocações. Em 2002, os motosserristas recebiam diárias de R\$ 30,00 a R\$ 50,00, ou pelo volume de madeira cortada e tipo de corte (tora *versus* blocos), cujos valores variavam entre R\$ 10,00/m para toras e R\$ 25,00/m para blocos. Os proprietários de bois que transportavam madeira das áreas de colheita para a estrada de terra ganhavam uma diária que variava de R\$ 30,00 a R\$ 40,00. Também, o sistema tradicional de mutirões ainda existia. Vizinhos, por exemplo, ajudavam voluntariamente no transporte da madeira com

bois. Algumas famílias tinham meeiros—pessoas que trabalham e vivem nas colocações em troca de parte (usualmente metade) do produto que ajudaram a colher (borracha, castanha-do-brasil, produtos agrícolas etc.)—para ajudar na execução das atividades madeireiras do projeto.

Além disso, algumas esposas de produtores trabalhavam como cozinheiras, preparando refeições para os participantes dos cursos de treinamento e das reuniões relacionadas ao projeto de MFC. Porém, para as atividades de colheita, as famílias tinham que arcar com esses custos, e membros das famílias ajudavam a preparar as refeições para as pessoas que realizavam as atividades do projeto nas áreas de colheita florestal.

Finalmente, os produtores de Cachoeira decidiram não dividir o lucro da venda da madeira igualmente entre eles. Cada produtor recebia o pagamento pela madeira extraída de sua colocação. Assim, a madeira foi incorporada ao sistema tradicional dos seringueiros—como um produto florestal adicional, extraído e vendido pelo dono da colocação, como é o caso da borracha, castanha e outros produtos florestais. Porém, eles decidiram que a Amppea-CM ficaria com 10% do lucro individual para reinvestimento no projeto de MFC.

Certificação

Quando o projeto em Cachoeira foi concebido em 1998, os políticos em Xapuri e Rio Branco identificaram o mercado de nicho para produtos madeireiros certificados como promissor para os produtores de Cachoeira. Assim, o governo estadual incentivou a Amppae-CM e os produtores a obterem a certificação. Os engenheiros florestais ajudaram na redação e submissão dos documentos requeridos, bem como na coordenação das auditorias preliminares. Em fevereiro de 2002, o FSC, por meio do Imafflora, e o Programa SmartWood de certificação florestal-FSC certificaram o projeto de MFC de Cachoeira, a primeira comunidade certificada no Brasil.

Entraves e desafios encontrados

Falta de estradas na reserva

As dez famílias voluntárias que demarcariam e realizariam os primeiros inventários em 1999 residiam próximo à estrada por causa do acesso limitado à estrada de terra principal em Cachoeira. Por essa concentração geográfica na parte frontal da reserva e pelos fortes laços de parentesco entre elas, esse grupo foi chamado de “grupo Fazendinha”, uma referência à colocação Fazendinha, e de “veteranos” do projeto.

Porém, no início do projeto, a intenção original era que a participação fosse aberta a todas as famílias que moravam em Cachoeira. Para atingir as famílias dispersas na reserva, o plano era o governo estender a estrada principal para as regiões inacessíveis da reserva em direção ao rio Xipamano (Figura 2). Porém, os recursos limitados do projeto reduziram a possibilidade de envolver um grupo maior de seringueiros. Em parte, como uma tentativa de estimular o governo estadual a estender a estrada, em 2001, mais 10 famílias aderiram ao projeto. Todavia, somente um pequeno trecho da estrada foi estendido. Como consequência, nos primeiros anos do projeto, esse segundo grupo de famílias não conseguiu extrair ou vender madeira por causa da falta de acesso à estrada.

Essa desigualdade na participação de famílias no projeto por causa do acesso limitado à estrada

gerou conflitos na comunidade e desanimou algumas delas originalmente interessadas em participar. Ao mesmo tempo, essa situação também dificultou o trabalho dos engenheiros florestais que trabalhavam em Cachoeira. Contratados pelo governo do Estado, que havia prometido construir a estrada, eles foram pressionados pela comunidade a exigir que o governo cumprisse sua promessa. Por seu lado, o governo estadual estava esperando que o governo federal liberasse recursos para a construção da estrada.

Burocracia do Ibama

A gestão e fiscalização do manejo florestal são de competência do governo federal por meio do Ibama. Porém, a burocracia do Ibama é um dos maiores entraves tanto para os engenheiros florestais como para os produtores. Como órgão ambiental responsável pelo licenciamento da extração de madeira, o Ibama é responsável por: (i) definir as diretrizes dos planos de manejo florestal para pequenos proprietários e grupos comunitários (PMFSimples); (ii) emitir licenças para extrair e transportar madeira; (iii) auditar anualmente as parcelas de colheita; e (iv) auditar (junto com o Incra, no caso de PAEs) qualquer violação ao plano de utilização da reserva e multar os responsáveis. Por causa da complexidade burocrática, os produtores de Cachoeira necessitaram de ajuda significativa dos engenheiros florestais do Estado para planejar, redigir e submeter os documentos requeridos pelo Ibama.

O processo de planejamento, redação e submissão do PMFSimples e documentos relacionados requeridos pelo Ibama é extremamente complicado e, é ainda mais difícil pelas complicações e inconsistências burocráticas. O Ibama exige pelo menos 17 documentos diferentes, muitos dos quais compreendem vários sub-documentos para serem submetidos junto com o PMFSimples. A maioria desses documentos é tão técnica que até mesmo os engenheiros florestais sentem dificuldade para preenchê-la. Além disso, o Ibama requer planos e relatórios operacionais anuais que detalham as atividades a serem executadas. Além do mais, as árvores não podem ser derrubadas sem a autorização de exploração dada pelo Ibama, e a madeira não pode ser transportada das reservas sem uma autorização de transporte, um componente do

plano operacional submetido anualmente. Assim, os produtores de Cachoeira continuaram a precisar da ajuda dos engenheiros florestais do Estado para planejar, redigir e submeter o PMFSimples e documentos relacionados requeridos pelo Ibama.

Além da burocracia para a redação e submissão desses documentos, a complexidade técnica do PMFSimples também requereu apoio significativo dos engenheiros florestais. O PMFSimples é uma versão simplificada do PMF original do Ibama e representa uma tentativa de adaptar as técnicas de extração de madeira e planos de manejo às realidades dos pequenos proprietários e populações com regimes de terras comunais. Porém, as práticas de EIR requeridas pelo Ibama no PMFSimples são complexas e exigem uma certa bagagem de conhecimento e/ou experiências. Essas incluem desde o manuseio de bússola até habilidades de cálculo matemático para avaliar os volumes do estoque de madeira.

Além disso, as formalidades burocráticas e a incapacidade técnica do pessoal do Ibama (são treinados somente para lidar com as regras empresariais) dificultaram a aprovação dos planos de manejo dos pequenos produtores de madeira (Amaral e Amaral Neto 2000). Um dos problemas enfrentados pelo grupo de Cachoeira que persiste é o atraso na liberação da autorização de exploração pelo Ibama, mesmo quando os engenheiros florestais submetem o PMFSimples com meses de antecedência. Esses atrasos resultaram no adiamento das atividades florestais (que não puderam começar sem autorização). Os atrasos do Ibama em liberar as licenças de colheita e extração complicaram os negócios da Ampae-CM e produtores com os compradores, que precisavam receber seus pedidos de madeira no prazo.

Mercado

Um outro desafio encontrado nos primeiros anos do projeto foi a venda da madeira de Cachoeira. Como discutido anteriormente, o plano inicial era que o Pólo Moveleiro de Xapuri comprasse a madeira extraída na reserva. A idéia do projeto no que se refere ao Pólo Moveleiro era garantir um mercado certo e um preço competitivo, além de reduzir os custos de transporte, já que o pólo se localizava a cerca de 20 quilômetros do PAE

Cachoeira. Porém, o pólo não tinha recursos financeiros e humanos suficientes para comprar mais do que galhos grandes e raízes das árvores extraídas em Cachoeira. Assim, em 2000, o governo municipal de Xapuri convidou uma empresa que produzia móveis finos e artefatos de madeira com lojas no Rio de Janeiro, Bahia e Nova York, para ser um comprador adicional. O governo estadual ajudou a negociar a vinda dessa empresa, e, com incentivos financeiros do município de Xapuri e o coordenador científico do projeto em Cachoeira como um de seus cinco proprietários, em 2000, essa empresa construiu um escritório e um centro de produção no município.

A implantação da empresa em Xapuri beneficiou grandemente Cachoeira. A empresa foi crucial para o sucesso inicial e relativamente rápido da Ampae-CM e dos produtores, principalmente porque eles não precisaram enfrentar problemas sérios de comercialização. O acesso a um comprador garantido que pagava preços relativamente altos possibilitou a venda quase imediata de sua madeira a pelo menos um grupo de produtores de Cachoeira (aqueles com acesso à estrada). Os produtores também negociaram com êxito preços mais altos e a compra de espécies menos conhecidas. Tudo isso provavelmente diminuiu os conflitos e a falta de interesse que poderiam ter surgido se os produtores não tivessem conseguido vender sua madeira. Várias famílias em Cachoeira estavam interessadas em participar do projeto de MFC, principalmente depois de terem visto os produtores venderem sua madeira e usarem os lucros para comprar televisões, painéis solares e outros bens materiais.

Porém, mesmo com esses dois compradores garantidos e a assistência do governo estadual, os mercados local e nacional para madeira representavam (e continuam a representar) desafios significativos para a Ampae-CM e o grupo de produtores. Primeiro, os mercados para madeira no Brasil não fazem distinção entre madeira extraída “irracionalmente” e madeira extraída utilizando métodos de EIR (ENS 2000). O principal interesse do mercado é assegurar fontes de madeira mais barata. A maior parte dessa madeira provém de áreas de extração ilegal (e, em menor quantidade, de extração legal) de proprietários

que desmatam suas florestas para estabelecer culturas agrícolas e expandir pastagem, atividades que têm incentivos fiscais e acesso à crédito, e/ou para a construção de estradas (Viana *et al.* 2002a). Este é o caso do mercado de madeira no Estado do Acre, no qual a grande maioria da madeira provém de extração ilegal ou de desmatamento. No Acre e no restante da Amazônia, esta madeira é vendida a preços baixos para as serrarias e outros compradores. E, pelo fato de muitas áreas de extração madeireira estarem localizadas relativamente próximo das estradas, seu custo de transporte não é alto (Viana *et al.* 2002a). Em comparação, a madeira de Cachoeira é cara devido aos altos custos operacionais e administrativos. A utilização de técnicas de EIR requer investimentos (por exemplo, o corte de cipós) e capital humano (engenheiros florestais e motosserristas capacitados em derrubada direcional). Também, como é madeira extraída legalmente, é necessário pagar os impostos e os custos associados com a redação e submissão do PMFSimples e documentos relacionados. Conseqüentemente, a madeira de Cachoeira teve dificuldade de competir com a madeira mais barata.

Além disso, o Estado do Acre não é um importante pólo de produção madeireira da Amazônia brasileira. Dos cerca de 24 milhões de metros cúbicos produzidos na região, a produção do Acre representa menos de 2% (quase 420 mil metros cúbicos em tora) (Lentini *et al.* 2005). A grande maioria dessa produção é para o mercado interno.

Outro desafio que os mercados apresentaram está relacionado ao volume e a qualidade da madeira. É difícil conseguir compradores para pequenas quantidades de madeira como as que são produzidas por Cachoeira. Como observado por Amaral e Amaral Neto (2000), os compradores querem grandes quantidades de madeira (usualmente para reduzir custos) e também madeira de espécies específicas e de certa qualidade (determinadas dimensões e níveis de umidade), que freqüentemente não estão compatíveis com os projetos comunitários.

Ao Longo dos Anos: Mudanças e Adaptações

Assistência do governo

A Sefe se retirou do projeto em Cachoeira em 2001, durante o primeiro ciclo de colheita, por causa de diferenças irreconciliáveis entre os seus engenheiros florestais e algumas pessoas de Cachoeira. Um atraso do Ibama em liberar a licença de transporte no ano anterior culminou em um conflito entre esses engenheiros e a empresa de móveis que tinha um contrato de compra de madeira do Cachoeira e gerou tensões entre esses engenheiros e a Ampgae-CM. Do ponto de vista de alguns produtores, a Sefe tinha subestimado a capacidade da Ampgae-CM para resolver esses tipos de conflito.

Todavia, apesar de a Sefe ter se retirado do projeto, o governo estadual continuou a ser a principal fonte de apoio técnico. Após a retirada da Sefe, o governo estadual pagou o salário de uma engenheira florestal que foi convidada em 2001 pelos produtores para substituir os engenheiros florestais da Sefe. Dois anos depois, em 2003, a Seater do Estado, que havia criado um núcleo de extensionistas florestais, tornou-se a principal organização prestadora de assistência técnica em Cachoeira. A Seater contratou a engenheira florestal e técnicos florestais recém-graduados na nova escola de floresta do Estado e construiu uma sede em Xapuri (Seater-Xapuri).

Esses engenheiros e técnicos florestais continuaram acompanhando as atividades de colheita e pós-colheita de madeira em Cachoeira. Porém, as técnicas de EIR são relativamente fáceis e, ao longo dos anos, os produtores (juntamente com os paraflorestais) adquiriram habilidades e experiências que lhes possibilitaram desenvolver a maioria dessas técnicas com pouca orientação ou supervisão de engenheiros florestais e outros profissionais.

Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - ProManejo

O governo estadual também foi um importante parceiro no projeto de MFC do PAE Cachoeira por meio do ProManejo. Uma condição dos editais do ProManejo para as propostas é a parceria entre as comunidades por meio de sua representação legal (por exemplo sindicatos, o associações), com uma organização governamental ou não-governamental. O ProManejo tem como objetivo apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia brasileira por meio de ações estratégicas. Essas ações incluem: a geração de informações estratégicas para a tomada de decisão e a formulação de políticas, o desenvolvimento de sistemas eficientes de controle e monitoramento e o apoio a iniciativas promissoras de manejo. Um dos objetivos específicos do ProManejo, que enfatiza a promoção do manejo florestal sustentável para a produção de madeira, é apoiar experiências locais (empresariais e comunitárias) a fim de gerar efeito demonstrativo capaz de proporcionar lições sobre manejo florestal. O PAE Cachoeira, em parceria com o governo do Acre, foi uma das 12 iniciativas de MFC apoiadas pelo ProManejo. Foram investidos, em média, US\$ 200.000 nos projetos comunitários, em um período de três anos, para apoiar atividades de exploração, capacitação, assistência técnica e intercâmbios.

Negociação com o Ibama

Os produtores de Cachoeira continuaram a depender de apoio significativo dos engenheiros e técnicos florestais para redigir e submeter os documentos para autorização da colheita e transporte anuais ao Ibama. Em 2005, o governo estadual iniciou negociações com o Ibama para a transferência das formalidades burocráticas para projetos de MFC para o IMAC. O objetivo era diminuir os entraves burocráticos e simplificar o processo para que comunidades, como Cachoeira, pudessem assumir, com assistência externa mínima, a responsabilidade da redação e submissão do PMFSimples e documentos relacionados. Outro objetivo era reduzir os atrasos na liberação das licenças de colheita e transporte da madeira.

Atualmente, as relações com o Ibama melhoraram e os atrasos já não são frequentes.

Comercialização

Mercados de nicho para produtos certificados

Apesar do êxito inicial dos produtores de Cachoeira em vender sua madeira, eles ficaram altamente dependentes dos dois compradores em Xapuri. Havia a possibilidade desses compradores se retirarem por motivos políticos e/ou financeiros. Outra limitação era a especificidade das espécies exigida pelo Pólo, que trabalhava com mercados de móveis finos. Além disso, os produtores tinham um contrato de prioridade com o Pólo, que especificava que somente as madeiras que não interessassem a ele poderiam ser vendidas a outro comprador. Essas restrições preocuparam os produtores e eles buscaram alternativas. A expectativa era alcançar nichos específicos de mercados que pagassem melhores preços e aumentassem a variedade de espécies.

Entretanto, uma outra limitação encontrada foi em relação à escala de produção. Para os compradores de madeira certificada localizados na região Sudeste do país, comprar esse tipo de madeira da Amazônia só valeria a pena se fosse em grande escala, devido aos altos custos de transporte. Outro problema era a especificidade dos padrões técnicos exigidos (especialmente relacionados o teor de unidade e bitolas). Novamente foi buscada uma alternativa: juntar-se às outras comunidades para vender a produção em conjunto. Então surgiu o GPFC do Acre (discutido na seção abaixo).

A certificação possibilitou o acesso da Ampppae-CM e dos produtores a mercados mais especializados. Porém, ela também trouxe muitas demandas e mais responsabilidades. Para ser certificada e continuar nesta condição, a Ampppae-CM e os produtores tiveram que atender a uma série de pré-condições e condições baseadas em uma longa lista de princípios e critérios ecológicos, econômicos e sociais para assegurar que o manejo florestal seja executado de uma maneira ambientalmente responsável, socialmente benéfica e economicamente viável. Nem a Ampppae-CM, nem os produtores compreendiam claramente o

processo de certificação, nem sabiam o quanto seria difícil atender e manter as pré-condições e condições. Em consequência, em 2004, os produtores de Cachoeira quase perderam o selo verde por ter extraído espécies não autorizadas para corte. Como resultado dessa confusão, Cachoeira recebeu uma avaliação considerada insuficiente pelo Imaflora, a ONG responsável pela auditoria do projeto

O Grupo de Produtores Florestais do Acre - GPFC

O principal objetivo do GPFC, iniciado em 2001, era ajudar na comercialização de produtos florestais das florestas manejadas por comunidades, um dos maiores desafios enfrentados pelos projetos de MFC. O grupo foi criado especificamente para lidar com os seguintes desafios enfrentados pelas comunidades envolvidas em projetos de MFC: (i) dificuldade de encontrar compradores dispostos a comprar pequenos volumes de madeira; (ii) inexperiência e incapacidade de comercializar madeira; (iii) incerteza a respeito de que tipo de produto madeireiro vender (por exemplo, pranchas, troncos, artefatos de madeira); (iv) impostos altos; e (v) altos custos de transporte (CTA 2004). No caso de Cachoeira, o GPFC ajudou os produtores a identificar e implantar estratégias para obterem acesso a diversos mercados e preços melhores.

O GPFC foi iniciado pela ONG CTA, com apoio financeiro e/ou técnico adicional do governo estadual (SEF e Seater), WWF-Brasil e Embrapa. Em 2004, o grupo envolvia representantes locais de sete comunidades do Acre que extraíam madeira manejada, entre elas, Cachoeira. Em 2005, o governo estadual facilitou a criação de uma cooperativa formal de produtores comunitários no Acre, a Cooperfloresta, visando padronizar e

coletivizar a produção madeireira comunitária no Estado. O grupo de produtores de Cachoeira foi um dos envolvidos em projetos de MFC que participaram na formação dessa nova cooperativa.

Abertura de mais estradas

Em 2004, após três anos de espera, tratores do governo começaram a abrir as estradas dentro da reserva ao longo das colocações das famílias mais isoladas. Porém, o trabalho não foi concluído antes do período de chuvas.

O governo do Estado também concordou em contribuir com 50% dos custos associados ao projeto do BID para pavimentar a estrada que liga a reserva à BR-317. Os residentes pediram que o governo colocasse piçarra, em vez de pavimentar a estrada, e ampliasse os trechos dentro da reserva que não haviam sido abertos em 2004. Estes foram finalizados em 2005.

Em 2005, 27 famílias estavam participando do projeto de MFC em Cachoeira. Todavia, muitas delas ainda não haviam extraído madeira. No entanto, o governo tinha a perspectiva de aumentar para 55 o número de famílias extratoras de madeira em Cachoeira até 2006.

O aumento do número de famílias no projeto e o aumento previsto no volume de madeira a ser extraído levaram a uma nova mudança no projeto. Em 2005, os produtores de Cachoeira estavam discutindo a possibilidade de mudar o meio de transporte da madeira de carroças por tração animal para tração mecanizada (trator *skidder* e/ou caminhão) como parte de um programa apoiado pelo governo estadual.

Resumo: Resultados e Desafios

Ações Coletivas e Alianças Estratégicas

O projeto de MFC em Cachoeira é fruto de duas décadas de lutas dos seringueiros por seus direitos tradicionais de propriedade e melhores condições de vida na floresta. O movimento dos seringueiros e as organizações de base que nasceram dessa mobilização, ambos nacionais (CNS) e locais (como a Amppae-CM), tiveram um papel central na conscientização e valorização de uma identidade entre seringueiros, na articulação política dos seus interesses (Resex e PAEs) e na criação de programas e projetos de assistência. Esse foi o resultado de ações coletivas e alianças estratégicas com organizações de base (STRs, CPT e CEBs da Igreja Católica), ONGs locais e internacionais e entidades governamentais.

A participação dos seringueiros de Cachoeira nessa mobilização e rede de alianças foi crucial para a evolução da Amppae-CM para uma organização comunitária forte e politicamente atuante no Acre. Como um grupo particularmente bem organizado, com experiência em negociação com profissionais e projetos e com estreitos vínculos políticos e pessoais com pessoas e instituições influentes, os sócios da Amppae-CM atraíram vários projetos de assistência técnica e investimentos. A história de ativismo e o fato de Cachoeira ser nacional e internacionalmente reconhecida induziram o município de Xapuri e o “Governo da Floresta” a investir no projeto de MFC em Cachoeira.

Portanto, o projeto de MFC foi um dos mais ambiciosos e mais complicados devido a sua complexidade burocrática e técnica, além da necessidade de altos investimentos em infraestrutura, treinamento e comercialização. Também foi necessária uma assistência significativa de instituições externas e pessoas aos seringueiros de Cachoeira, uma vez que o projeto precisava mostrar resultados no curto prazo e servir como modelo de MFC para outras Resex e comunidades.

Uma Parceria entre Comunidade e Governo

A Amppae-CM e os produtores reconheceram sua falta de experiência com MFC e a necessidade de apoio técnico, bem como de assistência com financiamento, aspectos burocráticos (redação e submissão de documentos requeridos pelo Ibama) e comercialização. O governo estadual investiu muito neste projeto. O projeto de MFC em Cachoeira representou para o governo um projeto-piloto que pode servir como modelo para outras Resex no Acre. Esta interdependência entre o governo estadual e os produtores de Cachoeira (e o reconhecimento disso por ambos) contribuiu para uma parceria e um modelo de assistência e acompanhamento relativamente equitativo, embora com algumas dificuldades e conflitos.

O governo do Estado do Acre teve um papel fundamental no MFC em Cachoeira. O

governo manteve seu apoio significativo ao PAE Cachoeira. As relações históricas do movimento dos seringueiros com o PT e com o governador e alguns parlamentares garantiram o interesse e a agenda do governo para o MFC. Isto foi fortalecido pelo trânsito de pessoas entre o governo, ONGs e o movimento social no Estado, que fez com que as agendas pessoais também fizessem parte das agendas institucionais. Além disso, o interesse do governo no MFC em Cachoeira também era devido ao fato de o tema florestal ser sua a bandeira de luta. Isto havia atraído a atenção de agências financiadoras dispostas a investir no tema e em uma proposta alternativa de governo pautada no desenvolvimento com a conservação da floresta. O projeto de MFC em Cachoeira representou para o governo uma possibilidade de atrair tais ofertas de recursos.

Desde o início do projeto de MFC do PAE Cachoeira, o modelo de assistência e acompanhamento do projeto buscou fortalecer a apropriação pelos seringueiros de Cachoeira da autoridade e responsabilidade pelo projeto. Para isso, as práticas complexas de exploração madeireira utilizando técnicas de EIR foram simplificadas usando-se conceitos simples como, por exemplo, “jardinagem”, para explicar o que é o manejo florestal e suas técnicas. Após serem simplificadas, essas práticas eram passadas em treinamentos para um grupo de agentes comunitários de extensão florestal (paraflorestais). Esses processos possibilitaram que os produtores de Cachoeira desenvolvessem a maioria das atividades de MFC nas áreas de colheita com mínima orientação e supervisão de engenheiros florestais e outros profissionais.

Em parte, esses êxitos derivaram-se do papel proativo da Amppae-CM e produtores na definição dos termos de sua participação e da participação das organizações prestadoras de apoio (CTA, Sefe e Seater). Os produtores de Cachoeira estavam ativamente envolvidos na maioria dos processos de tomada de decisão do projeto. Eles tinham poder de influência na determinação de quais engenheiros florestais trabalhariam para eles, tanto como a capacidade de influenciar nas decisões das empresas compradoras de sua madeira (por exemplo, convencerem-nas a experimentar

e comprar espécies madeireiras que antes não tinham valor comercial).

Mas a influência dos produtores de Cachoeira no projeto de MFC não era consequência somente de sua própria organização, de suas conexões políticas e experiência. Durante os anos que o “Governo da Floresta” (Sefe e Seater) trabalhou em Cachoeira, ele se preocupou em capacitar os seringueiros para que se envolvessem mais na execução e administração das atividades do projeto de MFC. Como resultado, os produtores e os agentes de extensão florestal (paraflorestais), juntamente com o coordenador comunitário do projeto, executaram a maioria das atividades do projeto realizadas na reserva.

Benefícios do Manejo Florestal Comunitário para Cachoeira

Os benefícios proporcionados pelo MFC aos seringueiros de Cachoeira podem ser medidos de várias maneiras. Uma delas é medindo-se os resultados do projeto-piloto. Nesse caso, a grande maioria dos resultados previstos para o projeto foram alcançados satisfatoriamente, inclusive a capacitação técnica em manejo, compra de equipamentos e a elaboração do plano de manejo.

Apesar de o projeto de manejo proposto para o PAE Cachoeira ter como indicadores de sucesso (ao governo e doadores) a produção de madeira e os benefícios econômicos, uma parte importante dos benefícios foi além dessas dimensões e não foi capturada pelos doadores e as organizações de apoio. Um exemplo importante é a capacitação técnica em manejo florestal que também serviu para outras atividades produtivas. Por exemplo, um projeto para a produção e uso de plantas medicinais foi desenvolvido a partir do projeto de MFC.

Outro benefício é a oferta de emprego na atividade de manejo, que proporcionou uma renda importante para as famílias. Comunitários capacitados foram contratados por outras comunidades para transferir seus conhecimentos e, mais recentemente, uma jovem do PAE Cachoeira

foi contratada por uma empresa madeireira. Embora ainda não seja possível avaliar se isso é positivo ou negativo, pode-se considerar positiva a oportunidade de receitas para as famílias.

Outro benefício que não foi bem contabilizado é a infra-estrutura local gerada a partir do projeto de manejo. A abertura de caminhos e estradas e sua manutenção podem ser creditados em grande parte a esse projeto. Esse benefício foi além do grupo de manejo, embora muitas famílias que não participavam do manejo não tenham feito a relação direta do benefício com o projeto. Alguns resultados previstos no projeto não foram alcançados como, por exemplo, a expansão do número de famílias beneficiadas e o aumento dos benefícios econômicos das famílias.

Mas apesar dos desafios enfrentados pela Ampae-CM e produtores (e as organizações de assistência técnica), os êxitos do projeto foram alcançados. Os desafios mais significativos são resumidos abaixo.

Desafios e Limitações para a Expansão do Manejo Florestal Comunitário em Cachoeira

Forma não tradicional de produção e uso da floresta

O MFC não era uma atividade de uso tradicional e exigiu uma outra relação com a floresta. Segundo alguns seringueiros, “extrair árvores da floresta seria a mesma coisa que desmatá-la”. Além dessa convicção, apesar da identidade cultural entre os seringueiros, as pessoas em Cachoeira atribuíam diferentes valores às árvores e à floresta. Nem todos estavam de acordo quanto ao valor comercial monetário que o projeto de MFC enfatizava. Cada produtor tinha a autoridade de decidir se queria ou não derrubar determinada árvore (que tenha sido autorizada pelo Ibama). Todavia, alguns seringueiros se opunham fortemente a qualquer forma de exploração comercial de madeira.

Então era necessário desmistificar o manejo florestal e criar capacidade técnica local para a atividade. Os conceitos sobre inventário,

planejamento da extração, corte direcional e tratamentos silviculturais eram totalmente novos e fora da realidade local.

Essa alternativa, externa às práticas tradicionais de uso da floresta, gerou mais desconfianças do que obteve adeptos. O CNS não estava convencido da estratégia e de sua viabilidade, e a maioria dos seringueiros do PAE Cachoeira tinha mais desconfiança do que interesse em participar. Dessa forma, eles se colocaram como observadores —“se funcionar eu entro”.

O MFC também introduziu conceitos e exigiu habilidades desconhecidas pelos seringueiros, tal como ciclo de corte, manejo de uso múltiplo, mercado de madeira, processamento e beneficiamento da madeira, trâmites burocráticos de elaboração e formalização do plano de manejo e certificação florestal. Todos esses temas, em um curto período, passaram a fazer parte da agenda dos seringueiros exigindo uma capacitação intensiva.

Além disso, a proposta de manejo introduziu novos atores em Cachoeira como, por exemplo, os técnicos florestais, cuja missão específica era viabilizar o projeto de manejo florestal para a produção de madeira. Outros atores introduzidos incluem doadores e instituições de apoio.

Nessa nova conjuntura, os comunitários do PAE Cachoeira precisaram de forte apoio e assistência técnica. Essa necessidade, talvez, era uma das barreiras para a expansão da experiência para outras famílias e comunidades. Um grande dilema foi como estabelecer limites e papéis: até que ponto o técnico poderia interferir e quando os comunitários deveriam assumir as responsabilidades. Gradativamente, a comunidade foi definindo os papéis e assumindo a liderança do processo, restando aos técnicos o papel de elaborar, seguir os trâmites legais e acompanhar as atividades técnicas do plano de manejo. Porém, mesmo após quatro anos de certificação, a comunidade ainda precisava de apoio técnico, principalmente no aspecto burocrático (documentação e submissão de documentos necessários).

Questões administrativas e burocráticas

Ostreinamentos realizados principalmente pela Sefe e Seater capacitaram os produtores de Cachoeira para executar a maioria das atividades nas áreas florestais de colheita. A flexibilidade permitida no PMFSimples, apesar de limitada, ajudou nesse processo. Dessa forma, os produtores, juntamente com a Sefe e Seater, tiveram certa liberdade para elaborar o projeto de MFC e ajustá-lo todos os anos. Porém, o processo de planejamento, redação e submissão do PMFSimples e documentos relacionados requeridos pelo Ibama era extremamente complicado, e se tornou muito mais árduo por causa das dificuldades e inconsistências burocráticas.

Uma das maiores dificuldades burocráticas foi o atraso na liberação da autorização de exploração pelo Ibama, mesmo quando os engenheiros florestais submetiam o PMFSimples com meses de antecedência. Esses atrasos foram responsáveis, em parte, pelos conflitos ocorridos entre os produtores e engenheiros da Sefe em 2000. Isso tornou a comunidade dependente de assistência técnica para preparar e submeter os documentos necessários.

Abertura de estradas

A abertura de mais estradas em Cachoeira para que todos os produtores pudessem extrair e vender sua madeira dependia do governo estadual. Porém, o “Governo da Floresta” se encontrava em um dilema político quanto a essa abertura. Por um lado, precisava estender a estrada para que o projeto de MFC pudesse atingir outras famílias na reserva. Por outro lado, a proposta de construir mais estradas dentro de uma reserva e conseqüentemente desmatar grandes áreas era (e continua a ser) bastante criticada por vários grupos no Acre. O acesso limitado a estradas na reserva era um dos motivos de conflitos entre famílias e também um motivo de desânimo para aquelas que originalmente estavam interessadas em participar do MFC.

Mercados e comercialização

Apesar de muitas dificuldades e frustrações, os produtores de Cachoeira venderam sua madeira sem problemas significativos. Todavia, recentemente, conflitos políticos e problemas administrativos com os dois principais compradores de madeira em Xapuri preocuparam os produtores. Sua grande dependência desses compradores representava um risco para eles e o projeto de MFC de Cachoeira. A participação de Cachoeira no GPFC e, mais recentemente, na Cooperfloresta, contribuiu para diminuir as preocupações dos produtores apesar de ser recente e de as iniciativas dependerem fortemente de apoio externo. Portanto, esses dois grupos têm recebido apoio de ONGs locais e do governo.

Relações de poder e desigualdades socioeconômicas

O grupo inicialmente beneficiado com o projeto de manejo foi o grupo de decisão política do PAE Cachoeira. Os membros desse grupo tinham uma forte relação de parentesco e, em geral, estavam atentos e tinham acesso privilegiado a informações e oportunidades. Assim, eles tiveram melhores rendimentos e receitas, mesmo com os baixos volumes de madeira extraídos e receitas abaixo das expectativas.

Assim, a situação socioeconômica das famílias que viviam em Cachoeira variava bastante, com uma grande disparidade entre elas em relação aos bens materiais e acesso à infra-estrutura e serviços sociais, tal como educação e tratamento de saúde. Essa disparidade era maior entre as famílias que viviam na região de Fazendinha, na frente da reserva, e aquelas que viviam nas áreas mais remotas (Esperai e Brasilzinho). Em geral, as famílias cuja situação socioeconômica melhorou bastante (por exemplo, puderam comprar gerador e televisão) foi a de produtores de madeira. Porém, a situação socioeconômica entre os produtores que haviam extraído madeira e os que não haviam podido extrair pela falta de acesso à estrada era marcante (alguns dos quais eram muito pobres).

Além dessa disparidade, a Fazendinha possuía mais infra-estrutura ou serviços sociais em comparação às regiões mais isoladas de Cachoeira.

Por causa dessa disparidade entre as famílias na reserva, algumas famílias e pessoas, particularmente as que residiam em regiões mais isoladas, se sentiam marginalizadas e com dificuldades para participar do projeto de MFC e seus benefícios. Na percepção delas, alguns produtores de madeira e a Amppae-CM usavam suas posições de poder e influência para conseguir a maior parte dos benefícios dos projetos e recursos obtidos. Por exemplo, elas argumentaram que o trecho de estrada aberto na reserva foi projetado para passar pelas colocações de produtores que faziam parte do projeto de MFC em detrimento dos grupos mais isolados. Outras ressaltaram que a maioria dos empregados do projeto (paraflorestais, motosserristas, transportadores de madeira e coordenador comunitário) tinha relação de parentesco com as famílias dos beneficiários do projeto de MFC.

Esses desentendimentos relacionados à distribuição de benefícios levaram à criação, em 2002, de uma segunda associação de seringueiros, localizada na região do Esperaí. A criação dessa segunda associação comunitária gerou conflitos e tensões entre moradores em Cachoeira, mas não reduziram significativamente o poder da Amppae-CM em Cachoeira ou prejudicaram diretamente a capacidade da associação ou dos produtores de administrarem o projeto de MFC.

Por um lado, a fundação de uma segunda associação poderia, no longo prazo, reduzir de fato os conflitos. Em 2002, a segunda associação fundou uma escola e comprou uma bomba d'água. O êxito e a capacidade dessa associação em obter acesso a recursos, aparentemente reduziram algumas das situações de tensão com a Amppae-CM.

Por outro lado, a nova associação estava discutindo a possibilidade de implantar um segundo projeto de MFC em Cachoeira. Essa proposta era uma questão controversa entre as duas associações,

uma vez que a Amppae-CM sustentava que era a organização comunitária oficial da reserva (reconhecida pelo Incra) e, dessa maneira, qualquer projeto de manejo de recursos naturais teria de ser aprovado e examinado por ela. Isso aumentou o ressentimento entre algumas famílias filiadas à segunda associação interessadas na extração de madeira e que não queriam se filiar à Amppae-CM.

Uma das vantagens e fontes de poder dos seringueiros de Cachoeira é sua capacidade de mobilização coletiva. Se a divisão entre as áreas da reserva (entre as duas associações) continuasse conflituosa, a Amppae-CM poderia ser enfraquecida e, no longo prazo, prejudicar o projeto de MFC, além de representar um desafio para a expansão do projeto.

Outros fatores

Segundo as lideranças locais, outros desafios para a expansão do número de famílias do projeto de manejo em Cachoeira incluíam: (i) capacidade limitada do governo para ofertar assistência técnica; (ii) limitação de recursos para novos investimentos; e (iii) falta de interesse de novas famílias que tinham dúvidas quanto à viabilidade do MFC.

A Expansão do Manejo Florestal Comunitário no Acre

O papel do governo estadual

Mesmo com todas as dificuldades e problemas enfrentados pelo projeto, o governo do Acre continuava com uma forte agenda de promoção do MFC em Cachoeira. Para o “Governo da Floresta”, esse projeto representava uma oportunidade para por em prática um dos instrumentos políticos que identificou como promissor para desenvolver e ao mesmo tempo preservar as florestas estaduais. Embora o forte papel do governo estadual no projeto de MFC em Cachoeira tenha proporcionado à Amppae-

CM e produtores o acesso a recursos financeiros, físicos e humanos significativos, ele também atraiu Cachoeira para uma arena de pressões e relações políticas complicadas.

Em seu segundo mandato, o “Governo da Floresta” aprovou a expansão dos projetos de MFC (com ênfase em madeira) como um de seus principais instrumentos de política de desenvolvimento, com o objetivo de implantar 300 projetos de manejo comunitário no Acre até o final de 2007 (Em 2004, foram iniciados apenas aproximadamente 26 projetos de MFC no Acre.) Xapuri e suas reservas vizinhas (PAEs e Resex) se tornaram um dos centros dessa expansão, com três novos projetos iniciados nos últimos dois anos e pelo menos mais um em negociação.

Como um dos primeiros e mais bem-sucedidos projetos de MFC, o projeto de Cachoeira era considerado um modelo para esses projetos mais novos. Por um lado, ele ofereceu aos produtores de Cachoeira, principalmente ao coordenador comunitário, a oportunidade de participar de cursos de capacitação promovido pela Seater e também de compartilhar as experiências boas e ruins de Cachoeira. Por outro lado, as ações dos engenheiros florestais do Seater (e do coordenador comunitário) em Cachoeira e esses outros projetos eram afetados pelos interesses políticos no âmbito municipal e estadual, os quais mudam a cada eleição. Outros desafios para a expansão de projetos de MFC no Acre são discutidos abaixo.

Limitações para a expansão das iniciativas

Mercado e certificação

Um debate cada vez mais presente sobre o tema MFC é a sua viabilidade econômica e dependência de recursos externos. A restrição do mercado local e nacional representa uma das limitações de expansão do MFC e talvez explique a busca prematura pela certificação para alcançar nichos privilegiados de mercado.

Com dificuldade de competir no mercado de madeira no Acre e na Amazônia, as comunidades buscaram a certificação florestal do FSC como uma alternativa. Porém, todos os arranjos locais para

conseguir introduzir seus produtos certificados no mercado levaram as comunidades a questionar os benefícios da certificação. De acordo com os líderes dos projetos de MFC, esses benefícios estão relacionados mais aos aspectos sociais, tais como auto-estima, visibilidade e capacitação. Outros benefícios estão relacionados à organização e gestão dos projetos. Quando questionados sobre se os retornos econômicos compensavam os investimentos, sua resposta foi que ainda faltavam análises de longo prazo.

A burocracia e a necessidade de assistência técnica

A regulamentação do MFC pelo governo em dezembro de 1998 foi considerada, na época, um grande avanço para a sua formalização, a qual poderia impulsionar a expansão das iniciativas. Contudo, na prática, a regulamentação trouxe excesso de burocracia e dificuldades para a aprovação dos planos de manejo. A exigência de um responsável legal pelo plano de manejo que compreenda os trâmites burocráticos exige o acompanhamento por um técnico.

Mesmo cumprindo todos esses requisitos, a liberação do plano de manejo pelo Ibama tem levado no mínimo seis meses. Em média, os planos de manejo têm tramitado por dois anos no Ibama, período que vai desde o protocolo até a liberação da autorização para exploração. Essa situação deixa os comunitários fortemente dependentes de assessoria técnica, pois eles se sentem incapazes de conseguir vencer a burocracia.

Grande parte dos problemas para aprovação dos planos de manejo comunitário estava na falta de conhecimento dos técnicos do Ibama sobre o tema. A normatização do MFC deveria ter sido acompanhada de treinamento dos técnicos do Ibama no MFC e sua sensibilização para as peculiaridades do tema.

Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia - ProManejo

Apesar de apresentar oportunidades (consolidação da iniciativa de MFC, contratação de pessoal técnico e compra de máquinas para processamento da madeira), o ProManejo também apresenta riscos às iniciativas de MFC, inclusive para as de

Cachoeira. Esses riscos estão relacionados à forma como o ProManejo foi implantado. Primeiro, eram as iniciativas de MFC que tinham de se adaptar aos modelos de editais e não o inverso. Por exemplo, os recursos tinham de se adequar aos cronogramas de dois e três anos e ter produtos estabelecidos nesses prazos.

Segundo, um dos objetivos do ProManejo era produzir modelos de exploração de baixo impacto. A condição de produzir modelos permitia pouca flexibilidade para testar novas experiências e delas extrair lições. Terceiro, o alto volume de recursos investido reduz a capacidade de reprodução dos modelos e a continuação dos projetos após a finalização do apoio do ProManejo. Por exemplo, cada iniciativa apoiada pelo ProManejo tinha um técnico (engenheiro florestal) exclusivo.

Além disso, os projetos, na maioria dos casos, tinham como indicador de sucesso o volume ou a área manejada. Dessa forma, havia pouca valorização dos processos locais e prazos insuficientes para discutir os objetivos, divisão de benefícios e responsabilidades. Também, na maioria dos casos, foram as organizações de apoio que elaboraram as propostas dos projetos, sem a participação das comunidades que apenas referendavam os projetos. .

Todas as condições descritas a cima colocam em xeque a possibilidade de prosseguir com os projetos após a finalização do apoio do ProManejo. Mesmo no caso do Acre, onde existe o apoio direto do governo como parceiro do ProManejo em Cachoeira e outras iniciativas locais de MFC, é difícil que as condições atuais de investimento continuem. Assim, uma questão central que deve ser tratada após a finalização do apoio do ProManejo é como o MFC no Acre pode ser ampliado, por exemplo, número de famílias e área

manejada. Certamente isso dependerá da definição e execução de políticas públicas florestais, tal como crédito e assistência técnica.

Delineando as relações de assistência técnica entre as organizações de base e as instituições de apoio

O caso de Cachoeira nos ensina que o papel da assistência técnica continua sendo importante e determinante para o êxito e o fracasso de iniciativas de MFC, embora ainda represente uma situação de conflito. A exigência pela formalização das práticas de manejo em Cachoeira levou à dependência obrigatória da comunidade de assistência técnica. Uma situação que gerou um grave conflito em Cachoeira foi a oferta de assistência técnica pelos grupos de apoio que se tornaram protagonistas do processo, cujas decisões sobre mercados e preços eram tomadas em função de interesses externos.

Outro tema importante é o tipo de assistência técnica exigido pelos comunitários. Em Cachoeira, o fortalecimento da organização local levou os produtores a definirem melhor o tipo de assistência que desejavam. Uma proposta em amadurecimento é a mudança de uma assistência técnica “imposta” para uma assessoria em temas e aspectos previamente definidos e negociados. Além disso, é fundamental definir o tempo de atuação dos agentes de apoio e quando eles devem iniciar o processo de saída ou reduzir suas ações.

Dessa forma, o mais importante na elaboração de um modelo de assistência técnica é o planejamento minucioso das etapas, a escala de tempo e um sistema bem definido de avaliação capaz de retro-alimentar o modelo, incorporando novas demandas e capacidades construídas.

Referências Bibliográficas

- Allegretti, M.H. 1994. *Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Em R. Arnt (Ed.) O destino da floresta: Reservas Extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Allegretti, M.H.; Ramírez, C. & Deruyttere, A (Eds.). 1998. Public Participation and Sustainable Development in the Amazon: The Case of PMACI. Washington, D.C.: IDB. Documento eletrônico: <http://www.iadb.org/sds/doc/ind%2dpmaciwp.pdf> (acesso em 15 de agosto de 2005).
- Amaral, P. & Neto Amaral, M. 2000. Manejo Florestal Comunitário na Amazônia brasileira: Situação atual, desafios e perspectivas. Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil (IIEB).
- Assies, Willem. 1997. Going nuts from the rainforest: Non-timber Forest Products, forest conservation and sustainability in Amazon. Amsterdam: Thela Publishers.
- Bakx, K.S. 1986. Peasant Formation and Capitalist Development: The Case of Acre, South-West Amazônia. Tese de Doutorado. University of Liverpool, Liverpool.
- 1988 From proletarian to peasant: Rural transformation in the State of Acre, 1870-1986. *Journal of Development Studies* 24(2):141-160.
- Binswanger, H.P. 1991. Brazilian policies that encourage deforestation in the Amazon. *World Development* 19 (7):1191-1205.
- Brown, K. & Rosendo, S. 2000. Environmentalists, rubber tappers and empowerment: The politics and economics of extractive reserves. *Development and Change* 31:201-227.
- Cavalcanti, T.J. 1994. Colonização no Acre: Uma Análise Socioeconômica do Projeto de Assentamento Dirigido Pedro Peixoto. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza.
- Camelo, S. 2002. Pólo Moveleiro: O manejo florestal e o desenvolvimento sustentável levam a melhor. Sebrae/AC Notícias: Unidade de Marketing e Comunicação. Documento eletrônico: <http://www.ac.sebrae.com.br/umc.html> (acesso em 29 de janeiro de 2003).
- Caminoto, J. 2000. *Governador do Acre promete manejo sustentável em Londres*. O Estado de São Paulo. Documento eletrônico: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2000/06/07/ger929.html> (acesso em 22 de março de 2003).
- Coopeagro 2001. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Chico Mendes, Município de Epitaciolândia, Estado do Acre. Epitaciolândia, Acre: Coopeagro.
- Cordeiro, R. & De Castelar, R.F.F. 1988. Histórico do Projeto Seringueiro. Documento eletrônico: http://www.cnsnet.org.br/news_ver.php?idnews=24 (acesso em 8 de outubro de 2005).
- CTA. 1998. *Projeto BID—Fase II*. In L.C. Carneiro (Ed.) Um Causo de Seringueiro. Relatório CTA. Rio Branco: CTA.
- Duarte, E.C. 2003. O Processo de Formação do Espaço Regional nos Últimos 20 Anos: A Construção de um Modelo de Desenvolvimento Sustentável Para o Estado do Acre. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Brasil. .
- Environment News Service(ENS). 2000. Enviros force Brazilian Congress to kill destructive rainforest law. Environmental News Service. Documento eletrônico: <http://ens.lycos.com/ens/may2000/20001%2D05%2D18%2D03.html> (acesso em 6 de novembro de 2000).

- Fernandes, M.I. 1999. O PT no Acre: A Construção de uma Terceira Via. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brazil.
- Grzybowski, C. 1989. O testamento do homen da floresta (Chico Mendes por ele mesmo). Rio de Janeiro: Fase.
- Hecht, S. & Cockburn, A. 1990. The fate of the forest: Developers, destroyers and defenders of the Amazon. New York: Harper Perennial.
- Ibama. 2005. Reservas Extrativistas da Amazônia. Documento eletrônico: <http://www.ibama.gov.br/resex/amazonia.htm> (acesso em 19 de outubro de 2005).
- Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). 1998. O novo Incra. Documento eletrônico: http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm (acesso em 28 de janeiro de 2003).
- Kainer, K.; Schmink, M.; Leite, A.C.P. & Da Silva Fadell, M.J. 2003. Experiments in forest-based development in Western Amazon. *Society and Natural Resources* 16 (10):1-18.
- Lentini, M.; Pereira, D.; Celentano, D. & Pereira, R. 2005. Fatos Florestais da Amazônia 2005. Belém: Imazon.
- Mahar, D. 1989. Government policies and deforestation in Brazil's Amazon region. Washington, DC: The World Bank.
- MMA (Ministério do Meio Ambiente) e Governo do Estado do Acre. 1999. Alternativas para o Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis. Agenda Positiva do Acre. 2 julho de 1999. Rio Branco: MMA.
- Neves, M.V. 2003. *Uma breve história da luta acreana*. Em C.Carvalho; E. Martins & A.Alves (Eds.). Caderno: Povos da Floresta Rio Branco, Acre: Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes.
- Revkin, A. 1990. The burning season: The murder of Chico Mendes and the fight for the Amazon rain forest. Boston: Houghton Mifflin Company.
- Sandri, S. 2003. *A assustadora década de 70: Os anos de fogo*. Em C. Carvalho; E. Martins & A. Alves (Eds.) Caderno: Povos da Floresta. Rio Branco, Acre: Secretaria Executiva do Comitê Chico Mendes.
- Schmink, M. & Wood, C.H.1987. *The "Political Ecology" of Amazônia*. Em P. Little & M.M. Horowitz (Eds.) Lands at risk in the Third World. Boulder: Westview.
- Serier, J.B. 2000. Les Barons du Caoutchouc. Montpellier and Paris: CIRAD/KARTHALA.
- Silva, M.A.M.L. Z.A.G.P. da G. e Silva, and E.R. da Silva.1999. Mecanismos Jurídicos para Evitar a Tragédia dos Comuns nas Reservas Extrativistas do Acre. Congresso de Direito Ambiental 3, São Paulo.
- Stone, S. 2003. From Tapping to Cutting Trees: Participation and Agency in Two Community-Based Timber Management Projects in Acre, Brazil. Tese de Doutorado. University of Florida: Gainesville.
- Souza Alvez de, C.A. 2002. História do Acre: Novos temas, nova abordagem. Rio Branco.
- Viana, V.M.; May, P.; Lago, L.; Dubois, O. & Grieg-Gran, M. 2002a. Instrumentos Para o Manejo Sustentável do Setor Florestal Privado no Brasil: Uma Análise das Necessidades, Desafios e Oportunidades para o Manejo de Florestas Naturais e Plantações Florestais de Pequena Escala. London: IIED. Documento eletrônico: http://www.iied.org/psf/publications_def.html#brazil (Acesso em 14 de outubro 2003).
- Viana, V.M.; Mendes, N.T. & Mendes, A.T. 2002b. Jardinagem florestal participativa no Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes. Piracicaba, São Paulo: Gráfica Papiro.
- Weinstein, B. 1983. The Amazon Rubber Boom, 1850-1920. Stanford: Stanford University Press.
- Witoshynsky, M. 2002. Communities mobilize to control and build natural assets—Acre, Brazil: An Amazon State forges a sustainable future. In Sustainable solutions: Building assets for empowerment and sustainable development. New York: Ford Foundation.
- Wolff, C. S.1999. Mulheres da floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec.



IMAZON
AMAZON INSTITUTE OF
PEOPLE AND THE ENVIRONMENT